

CAPÍTULO VI

O PASSADO COLONIAL: DO TRAJETO HISTÓRICO ÀS CONFIGURAÇÕES DA MEMÓRIA¹

MIGUEL CARDINA

A 13 de maio de 2010 foi inaugurado na praça central de Santa Comba Dão um novo «Monumento aos Heróis do Ultramar». Nele se lembram os mortos na guerra colonial recorrendo a um célebre excerto de *Os Lusíadas*: «e aqueles que por obras valerosas / se vão da lei da Morte libertando». O monumento está dividido em sete vértices, que correspondem a antigos territórios coloniais (Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, Timor e Índia), com um mapa apontando a «presença portuguesa» e as datas em que ela se cumpriu. Trata-se de um dos mais significativos monumentos desta nova e pouco conhecida vaga de monumentalização da guerra e (da perda) do império. Neste caso, com uma particularidade a assinalar: o local do novo monumento é o mesmo que albergara, desde 1965, uma estátua de Salazar, da autoria de Leopoldo de Almeida, antes de mãos anónimas lhe cortarem a cabeça e conduzirem posteriormente à sua retirada².

Ou seja: a praça que acolhera uma representação em bronze do ditador na sua terra natal fora reocupada por um monumento que condensava a lembrança simultaneamente dolorosa

¹ Texto redigido no âmbito do projeto «CROME — Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times», financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (StG-ERC-715593), sediado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES).

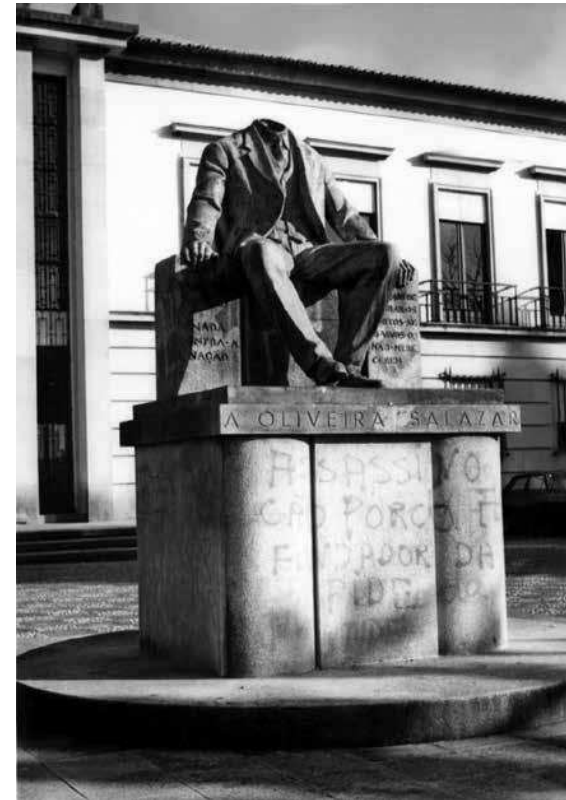
² O episódio ocorreu em fevereiro de 1975. Posteriormente, haveria de ser feita uma coleta para refazer a cabeça cortada do ditador, recolocada em fevereiro de 1978. Contudo, pouco tempo depois, uma bomba inutilizou-a irremediavelmente.

e apologética do império. Como o então presidente da Câmara de Santa Comba Dão deu conta em 2010, no ato de inauguração do monumento, da autoria do arquiteto camarário Manuel Gamito, a peça punha um fim às propostas de repor a estátua no local, considerando que o espaço adequado para uma homenagem seria num futuro «Centro Interpretativo do Estado Novo», o mesmo que viria a dar azo, mais recentemente, a uma acesa polémica sobre a sua possível existência³.

Trata-se, como é óbvio, de objetos diferentes: um centrado na imagem de Salazar; o outro visando dignificar a memória dos soldados vítimas da guerra, evocando, simultaneamente, o passado imperial do país. Apesar de as ruturas com a ditadura e com o colonialismo terem uma evidente interdependência histórica, este exemplo mostra-nos como a sua memorialização pública tem sido distinta. Com efeito, o Estado Novo e a figura de Salazar foram alvo de modalidades de retração no espaço público, como a retirada de estátuas e a alteração da toponímia de ruas e pontes, de que um dos exemplos mais conhecidos é a mudança da designação da ponte sobre o Tejo de Ponte Salazar para Ponte 25 de Abril. Não obstante ainda subsistir um punhado de vias com o nome do ditador, a democracia portuguesa posicionou-se numa relação de tendencial afastamento para com a memória da ditadura e do salazarismo.

Esta orientação não encontrou equivalente, de maneira clara, em relação à evocação do passado colonial. É certo que o recente levante global de contestação a estátuas associadas ao racismo, ao escravagismo e ao colonialismo, intensificado no quadro das manifestações organizadas na sequência do assassinato de George Floyd, teve algum impacto em Portugal, prolongando uma discussão que se inscreve num questionamento que se tem mantido presente, pelo menos, desde 2017. Apesar

³ «Inaugurado em Santa Comba Dão monumento aos Heróis do Ultramar», *Farol da Nossa Terra*. In <http://www.faroldanossaterra.net/2010/05/14/inaugurado-em-santa-comba-dao-monumento-aos-herois-do-ultramar/>.



Em cima, estátua de Salazar decapitada (*Diário de Notícias*, 18 de fevereiro de 1975); em baixo, monumento na praça central de Santa Comba Dão. (Foto: Miguel Cardina)

disso, tem permanecido inalterada, no essencial, a alusão pública a figuras e acontecimentos que rememoram o passado colonial, como é evidenciado pela significativa quantidade de praças, ruas ou rotundas com nomes de militares que conduziram as chamadas «campanhas de pacificação» contra os povos colonizados ou evocando acontecimentos dramáticos da história a partir da manutenção da velha semântica nacionalista sobre «mártires» e «heróis do Ultramar»⁴.

A épicada do império foi particularmente exercitada pelo Estado Novo: na legislação, na propaganda, no ensino, nas representações culturais, nas realizações públicas. No entanto, ela não só tinha raízes anteriores, como o ciclo democrático acabou por, mais do que proceder à sua crítica ou superação, contribuir para a reconfigurar e reproduzir. A partir de um olhar situado em Portugal, este capítulo procura analisar a construção e afirmação do colonialismo e do imaginário sobre África durante o «longo século xx». Num primeiro momento, serão referidos os processos que, a partir de meados do século XIX, levaram à ocupação e exploração do continente seguindo as ambições imperiais portuguesas, a reconfiguração do ideário colonial durante o Estado Novo e a guerra e as independências africanas como seu troço final. Num segundo momento, será examinada a memória do colonialismo e da guerra no Portugal democrático. Se a relação colonial como facto político termina no contexto do pós-25 de Abril, a força da sua representação — persistente, naturalizada e multifacetada — continua a ressoar até aos dias de hoje, fecundando um diversificado conjunto de práticas e de discursos sobre o país, a sua história e o seu povo. Assim sendo, falar do século XX português, no que à questão colonial diz respeito, conduz a identificar permanências e legados que se prolongam muito para lá da descolonização política e do próprio fim cronológico desse período.

⁴ Veja-se, por exemplo, João Pedro George, «Toponímia colonial: as homenagens urbanas a nomes do 'Ultramar'», *Sábado*, 10 de maio de 2018.

DA PARTILHA DE ÁFRICA À ÉPICA DO IMPÉRIO

O chamado «terceiro império português» configurou um esforço inédito de ocupação e exploração em África. A independência do Brasil, e os apetites económicos que o continente iria despertar, definiram esta nova fase, iniciada no século XIX. Anteriormente, a ocupação portuguesa do continente ficara, no essencial, remetida a algumas faixas no litoral, facilitando o trânsito em direção ao Oriente ou participando no processo de escravização de africanos. A partir de meados do século XIX, África ganharia crescente relevância, mediante a emergência de um ciclo económico associado à exploração de novas matérias-primas e com a emergência de um nacionalismo que via no continente uma fonte redentora de riquezas, ao mesmo tempo que estava sujeito a uma desigual competição imperial (Alexandre, 1995).

O lugar subalternizado do país no concerto das potências coloniais ficara evidenciado, no final do século XIX, na Conferência de Berlim e com o *Ultimatum* Inglês. A Conferência de Berlim de 1884-1885 visou definir os termos da «partilha de África» por parte das potências coloniais europeias. O conclave realizou-se em novembro de 1884 e fevereiro de 1885, com a presença de 14 países — incluindo não europeus, como os EUA. Apresentando-se com credenciais humanitárias que passavam por combater a escravatura e defender o livre comércio, Leopoldo II, da Bélgica, desempenhará na conferência um papel destacado, acabando por conseguir garantir o reconhecimento do Congo como uma colónia a si vinculada, e que seria aliás submetida a um regime de acentuada exploração e violência. O acordo final da Conferência substituiu o direito histórico de descoberta, que Portugal reivindicava, pelo chamado «princípio da posse efetiva», que definia que uma potência só poderia reclamar o controlo de uma determinada região se essa presença fosse real.

Não obstante o fraco reconhecimento de que Portugal gozava então, e que poderia ter ditado um desfecho ainda mais negativo no conclave, o certo é que os resultados foram vistos pela opinião pública portuguesa como profundamente decepcionantes, nomeadamente pelos setores mais claramente entusiastas do expansionismo imperial. Esse efeito agravou-se com o ultimato. A pretensão de Portugal a tomar posse da faixa que ligava a costa angolana até à costa de Moçambique, no Oceano Índico, levou ao *Ultimatum* britânico de 1890 e à retirada de Portugal da região. Os efeitos dessa crise abateram-se profundamente sobre a monarquia portuguesa. Não sendo o acontecimento decisivo na queda da monarquia, o generalizado sentimento de frustração com a «defesa das colónias» — não obstante a visibilidade das expedições e investidas que os portugueses iam levando a cabo, com algum êxito militar — serviu claramente para inflamar a causa republicana, que via nessa cedência um ato de incapacidade patriótica, bem como para acentuar o apego nacional à defesa das colónias (Alexandre, 2000: 152-154).

Para além dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, com histórias particulares de ocupação, a afirmação da presença portuguesa em Angola, Moçambique e Guiné foi tardia, frágil e disputada. Portugal terá de levar a cabo numerosas guerras para submeter as populações locais, que em alguns casos envolveram uma forte resistência como, entre várias outras, a que envolveu o combate contra o Império de Gaza, liderado por Gungunhana, posteriormente desterrado nos Açores, onde viria a falecer em 1906. Se em múltiplos lugares da Guiné, de Angola e de Moçambique se sucederam, ao longo do século XIX, tentativas de dominação das populações locais, a sua submissão foi difícil e tardia. Ao mesmo tempo, no discurso público em Portugal vão-se notabilizando os condutores dessas façanhas e os exploradores de uma «África» em boa medida desconhecida das potências coloniais, casos de Mouzinho de

Albuquerque, Serpa Pinto, Teixeira Pinto, António Enes, Alves Roçadas, Paiva Couceiro, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, entre outros. As frentes africanas da Primeira Guerra Mundial, em Angola e Moçambique, haveriam de servir para concluir as chamadas «campanhas de pacificação», ainda que esta primeira vaga de guerras coloniais só se apresente claramente vitoriosa, para os portugueses, com o século XX já bem entrado (Pélissier, 2004).

Nesta fase, a questão africana havia concitado um interesse crescente nas elites militares e políticas e na nascente burguesia portuguesa. A mobilização nacionalista ia progressivamente integrando o imaginário imperial como decisivo na construção das autorrepresentações do país. A ideia de uma época áurea das «Descobertas» começou a ganhar relevo no final do século XIX. Estatuária dos «heróis do império» e cortejos cívicos marcaram um primeiro momento de expressão pública e de exaltação do passado da «expansão», acompanhado por processos e instituições, como é o caso da criação da Sociedade Portuguesa de Geografia, em 1875. Aglutinando entusiastas do expansionismo imperial e destinada a aprofundar o conhecimento das colónias, ela fora propulsora de publicações, estudos e iniciativas, como é o caso das comemorações, em 1898, do quadricentenário da viagem de Vasco da Gama (Bethencourt, 2000: 450 e 473). Abdool Karim Vakil (1996: 41-43) nota como a emergência deste discurso foi fortemente impulsionada pelo republicanismo, num quadro de associação da ideia de «Descobertas» a uma identidade nacional e à necessidade de uma regeneração coletiva que a monarquia — como o episódio do *Ultimatum* inglês havia expressado — teria sido incapaz de corporizar.

Um gesto importante neste percurso fora esboçado, poucos anos antes, em 1880, durante a comemoração do tricentenário da morte de Luís Vaz de Camões, quando a data de 10 de junho de 1580 se inscreveu na história como o dia em que o

poeta de *Os Lusíadas* terá morrido. Em linha com o que vinha acontecendo noutros outros países europeus, a data transformou-se depois em «Dia da Nação», consagrando-se a efeméride enquanto momento de grande comemoração cívica, particularmente impulsionada pelos republicanos, e atribuindo-se a Camões a aura de grande homem e modelo de virtude para as novas gerações. Em termos rituais, um episódio marca simbolicamente a comemoração de 1880: a transladação dos restos mortais de Camões e de Vasco da Gama para o Mosteiro dos Jerónimos (João, 2011: 24).

Antes e depois da instauração da República, em 1910, a causa do império tornar-se-ia fulcral no discurso republicano. À descentralização administrativa e à necessidade de conter revoltas em vastos territórios parcamente ocupados por população branca, a República viria associar a defesa das colónias através da entrada na Primeira Guerra Mundial. Ao mesmo tempo que decorriam longas e intermitentes «campanhas de pacificação», que enfrentaram a resistência dos povos colonizados, constituiu-se um aparato ideológico que, desde finais do século XIX, definia a legalização do trabalho forçado como um pilar central no desenvolvimento da economia colonial e da «missão civilizadora» da qual se autoinvestiram os portugueses, tal como outras potências coloniais, servindo-se da visão etnocêntrica então em voga na Europa ocidental (Jerónimo, 2010).

É assim que Códigos de Trabalho Indígena (iniciados em 1878) e Estatutos do Indigenato (a partir de 1926) assumem a forma de estruturas jurídico-políticas deste regime colonial, baseado na discriminação racial do negro e do indígena que, sob a pretensão de pertencer a um estatuto social inferior e, portanto, necessitar de ser submetido a um percurso civilizador, podia ser compelido ao trabalho forçado para fins públicos ou privados, em obras públicas, transportes, limpezas ou mão de obra de empresas privadas, como acontecerá com o algodão, o cacau e o café. Este regime de trabalho nativo — que só seria abolido,

no papel, já na década de 1960 — foi tendo a dupla função de se constituir como elemento fulcral da economia colonial e de afirmação de Portugal como potência colonizadora no concerto das nações imperiais, assumindo-se também como um tema de conflito com instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a partir, sobretudo, da década de 1940 (Jerónimo e Monteiro, 2014; Monteiro, 2018).

Coube ao Estado Novo, a partir da década de 1930, aprofundar a mística imperial e renovar os eixos através dos quais se definiu a política colonial. Na visão do regime, colonizar e civilizar eram verbos íntimos que se conjugavam num quadro de leituras marcado pelas teses do darwinismo social e de naturalização da inferioridade do negro indígena. Marco fundamental desse processo será a aprovação, em julho de 1930, do Ato Colonial, lei constitucional que regulava as relações entre a metrópole e as colónias. Aí se terminava com as veleidades descentralizadoras da República, afirmando-se — num contexto de pressão internacional sobre as colónias e de conflitos com a Sociedade das Nações — que «é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam» (art. 2). Os anos seguintes consolidaram o que Valentim Alexandre (1995: 41) chamou de «mito da herança sagrada», fundado em dois elementos centrais do nacionalismo português: a consciência da vulnerabilidade de Portugal e a noção de que a sua sobrevivência estaria intrinsecamente ligada à manutenção do império.

Apesar do escasso investimento público nas colónias por parte do nascente Estado Novo, prosperam então os negócios privados e vai-se produzindo, ao longo da década de 1930, um quadro regulatório que visa beneficiar a economia metropolitana, encontrando nas exportações para as colónias «um fator decisivo de expansão, quando não de sobrevivência» (Rosas, 1998: 258). A sobre-exploração dos africanos configurou-se

como um eixo central no processo de acumulação que alavancou a burguesia portuguesa, e a articulação entre metrópole e colónias envolveria um conjunto crescente de grandes e médias atividades económicas, o que facilitaria a popularização do ideário colonial.

O regime iria aprofundar a retórica imperial no campo educativo, na proliferação de marcas no espaço público (toponímia, monumentos, estatuária) e em cerimónias estatais de celebração da nação e do império. As exposições universais e coloniais serão disso um exemplo de particular impacto. É o caso da Exposição Colonial do Porto (1934), comissariada por Henrique Galvão e que recebeu naquela cidade mais de um milhão de visitantes. Seguindo o modelo de exposições internacionais congêneres, a exposição instalou 400 pavilhões na cidade, albergando iniciativas que foram desde cortejos, teatralizações de momentos dos descobrimentos, saraus, congressos, provas desportivas, parques zoológicos e concentração de aldeias «indígenas», assim expostas ao olhar do «civilizado» (Serra, 2006)⁵.

Maior dimensão ainda terá a Exposição do Mundo Português (1940). Com o objetivo de comemorar o duplo centenário da fundação e restauração da nacionalidade (1140 e 1640), a exposição serviria de afirmação do próprio regime. Visitada por cerca de três milhões de pessoas, dividia-se em três grandes áreas, correspondentes a Portugal, às colónias e à etnografia, que a «política do espírito» celebrava através das aldeias típicas, do folclore e do elogio da ruralidade. Como demonstra Luís Trindade (2008), a construção do Portugal imperial fez-se paralelamente à difusão — através de instrumentos modernos, como as exposições ou os novos meios de comunicação em massa — de imagens idealizadas do Portugal rural, lugar idílico

⁵ Foi neste evento que se inaugurou o Monumento ao Esforço Colonizador, que muito posteriormente, em 1984, seria recolocado na Praça do Império. O monumento representa um elogio a um conjunto de profissões destacadas na empresa colonial: o missionário, o comerciante, o agricultor, o militar e o médico. A sexta figura representa a mulher.

onde repousariam os valores profundos da nação. A disseminação e o aproveitamento da épica imperial surgem ainda exemplificados na existência de parques temáticos, como é o caso do Portugal dos Pequenitos — criado em Coimbra, em 1940 — e que desde 1950 alberga uma exposição sobre monumentos emblemáticos e as casas típicas das várias zonas do país, acompanhada por uma exposição permanente sobre a cultura, habitação e costumes das «províncias ultramarinas».

O COLONIALISMO TARDIO E O SEU DOLOROSO DESFECHO

Até ao final do século XIX, o movimento migratório da população branca portuguesa para as colónias africanas, nomeadamente Angola e Moçambique, foi bastante contido. Ele vai ganhar dimensão no século XX e, muito particularmente, após a Segunda Guerra Mundial, num contexto em que internacionalmente se levantam os ventos descolonizadores. Segundo dados recolhidos por Cláudia Castelo, a população branca, residual no final do século XIX, era em 1940, em Angola, de 44 083 indivíduos e, em Moçambique, totalizava 27 438. Dez anos depois, estes números praticamente duplicaram. Por sua vez, em 1973, nas vésperas da queda do império, estavam cerca de 324 mil brancos em Angola e cerca de 190 mil em Moçambique. O pico desse fluxo de população branca metropolitana para as colónias situa-se na curva da década de 1950 para a de 1960, ainda que os anos seguintes, com a entrada de contingentes militares numerosos, se tenha traduzido por um aumento da população branca temporária (Castelo, 2007: 215 e 241; 2009).

A defesa do império havia dado origem a reformulações discursivas e jurídicas a partir da década de 1950, em particular com a apropriação das teses lusotropicalistas elaboradas por Gilberto Freyre para o contexto do Brasil. Elas teriam forte receção nas elites políticas em Portugal, substituindo as

teses de matriz mais claramente racista, usadas para sustentar a legitimidade do «Império Colonial Português», designação que o Ato Colonial de 1930 havia instituído. Criticada a seu tempo por intelectuais comprometidos — como foi o caso de Mário Pinto de Andrade, fundador do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) que, sob o pseudónimo de Buanga Felê, fez a anatomia dessa «teoria sociológica de encomenda» (1956) —, as teses lusotropicalistas foram usadas nas arenas internacionais para resistir às pressões resultantes da vaga descolonizadora iniciada no pós-guerra. Sugerindo a histórica apetência dos portugueses para se miscigenarem e interpenetram culturalmente, o lusotropicalismo foi incorporado pelas elites do regime, mas teve também expressão visível na cultura de massas durante as décadas finais da ditadura (Castelo, 1999; Cardão, 2014).

Em termos internacionais, Portugal — que integrara a ONU (Organização das Nações Unidas) em 1955 — procurava apoios diplomáticos em alguns países ocidentais, ia invocando o princípio da não-ingerência e salientava a especificidade jurídica dos territórios africanos sob sua jurisdição, que a revisão constitucional de 1951 passara a considerar já não como «colónias», mas como «províncias ultramarinas». Desde meados da década de 1950, é já clara a pressão internacional no sentido de uma vaga descolonizadora (Alexandre, 2017). A política colonial portuguesa seria alvo de questionamentos crescentes, que viriam a subir de tom a partir de 1960, com a entrada na ONU de uma série de novos Estados africanos, e nos anos imediatamente a seguir, com o início das investidas militares (Silva, 1995; Pinto, 2001: 20-24). O regime procurará resistir, sem grande sucesso, aos ventos de mudança que se vinham desenhando desde o pós-Segunda Guerra Mundial — de que a Conferência de Bandung (1955) foi um marco significativo, ao articular as propostas e expectativas independentistas afro-asiáticas — acabando apenas por levar a um multissituado

conflito em África e se enredar numa «descolonização fora de horas» (Oliveira, 2014: 510-545).

Só no ano de 1960, 17 territórios haviam proclamado a sua independência no continente. Os acontecimentos em Goa, com a anexação do território em dezembro de 1961, assinalaram uma derrota particularmente cara para o regime, concluindo um processo que se vinha desenrolando desde a independência da União Indiana e que era apenas mais uma brecha num ano particularmente tumultuoso para o regime (Oliveira e Tomás, 2019). Meses antes, em fevereiro desse ano, grupos armados desencadearam ações em Luanda, entre as quais a tentativa de assalto à Casa de Reclusão Militar, onde estavam vários presos políticos. Em março, a UPA (União dos Povos de Angola) organizou uma ampla revolta em fazendas no norte do território, provocando milhares de mortos, entre colonos e trabalhadores negros, e suscitando uma reação não menos feroz. Em Portugal, as imagens da violência provocaram uma comoção generalizada que seria amplificada pela imprensa, então sujeita a censura.

Sabe-se hoje, a partir do trabalho de Afonso Ramos, que houve uma recolha de imagens a mando do governador-geral de Luanda, que chegaram em poucos dias a Lisboa e às quais foi dada ampla circulação, inclusive fora do país. As imagens das atrocidades acentuavam a vitimização do regime e a necessidade de defender as populações de tão terríveis ataques. Essas imagens introduziam «um nível de horror sem precedentes. Não apenas por aquilo que mostravam, mas pelo modo como mostravam a abjeção, focando os detalhes nauseabundos sem filtro, em hipérbolos visuais cujo brutal imediatismo apenas visava obter respostas físicas e viscerais para gerar a indignação geral, chocando e aterrorizando as consciências». Essa «imagética necrofágica» teve ampliações que foram expostas ao público, semanas depois, em Lisboa (Ramos, 2014: 404-405). Um país habituado a pensar-se como pacato, com uma presença

em África que entendia como consentida e como parte da sua «missão civilizadora», era agora abalado por essas imagens cruas, ao mesmo tempo que Salazar proclamava enfaticamente, no seu discurso de 13 de abril de 1961, o envio de tropas para Angola «rapidamente e em força».

Nesse território, o MPLA, a UPA/FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e posteriormente a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), que desencadeará a sua primeira ação a 25 de dezembro de 1966, combaterão os portugueses e irão também digladiar-se entre si. Na Guiné, é o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), apostado em chegar à independência conjunta da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, quem conduzirá a luta vitoriosa contra os portugueses. Em finais da década de 1960, o PAIGC controlava mais de metade da Guiné e a 24 de setembro de 1973 — meses depois do assassinato do seu líder, Amílcar Cabral — o movimento proclamará unilateralmente a independência do território. Em Moçambique, a luta armada será conduzida, no essencial, pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), criada em 1962 e que iniciaria a luta armada dois anos depois.

Realizada a milhares de quilómetros da «metrópole», a guerra nas três frentes mobilizou recursos financeiros substanciais e teve uma magnitude social que a breve menção a alguns dados facilmente deixa entrever. À exceção de Israel, Portugal era o país ocidental com mais homens em armas. Empregava em África um esforço humano cinco vezes maior, em termos proporcionais, àquele aplicado na mesma altura pelos Estados Unidos da América no Vietname (Cann, 1997: 106). Com uma população que rondava então os nove milhões de habitantes, o Estado português enviou para África cerca de 800 mil jovens, levados deste modo para longe das suas comunidades de origem e de afeto. A estes números devem somar-se os mais de 500 mil africanos que foram incorporados na tropa

portuguesa, num processo que foi crescendo com o andamento da guerra: na década de 1970, e tomando em conjunto os três teatros de operações, o recrutamento local estava já acima de 40% do total das tropas regulares, e em Moçambique passou a representar, a partir de 1971, mais de metade do contingente (Gomes, 2013). Os números oficiais apontam ainda para cerca de nove mil militares portugueses mortos, 30 mil feridos e mais de cem mil vítimas de stress pós-traumático, confinando a contabilidade apenas ao lado português. É difícil ter dados completos e fiáveis sobre as vítimas feitas entre a população civil e entre os guerrilheiros africanos.

A guerra foi a derradeira etapa de um império já anacrónico. O marcelismo prometera proceder a um processo de modernização e abertura política, que rapidamente se revelou gorado pela incapacidade e desinteresse em encontrar uma via descolonizadora para as colónias. A falta de saída política para um conflito que se arrastava há 13 longos anos levaria um conjunto de oficiais de patente intermédia a criar o MFA (Movimento das Forças Armadas), que derrubaria o Estado Novo a 25 de abril de 1974. O império terminaria com o reconhecimento das independências das cinco colónias africanas: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, onde se haviam desenrolado combates armados, e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, territórios onde não tinha havido luta armada, mas cujos novos poderes emergentes participavam da mesma gramática anticolonial agora vitoriosa⁶.

Em Portugal, a «aprendizagem forçada» dos militares durante a guerra colonial insinuou-se na conjuntura desencadeada durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso). É essa experiência que, em boa medida, explica proclamações

⁶ Timor resultaria de um processo diferente: a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) proclamou unilateralmente a sua independência em novembro de 1975, e o território foi invadido e anexado dias depois pela Indonésia, tornando-se independente apenas em 2002. Último resquício do tempo imperial, a soberania de Macau seria transferida para a China em dezembro de 1999.

como a de ser necessário empreender — nas palavras do MFA em junho de 1975 — um «processo de descolonização interna» que assegure a «independência nacional» e a «construção de uma sociedade socialista»⁷. Bebem nisso as campanhas de dinamização cultural que, entre outubro de 1974 e meados de 1976, os militares e civis levam a cabo entre populações camponesas, para as convencerem a aderir ao ideal revolucionário. A construção de pontes e estradas, as campanhas de alfabetização, a vacinação em massa, as ações culturais para o povo baseiam-se também na aprendizagem feita no âmbito da «ação psicossocial», ou seja, nas atividades de ampliação da presença do Estado como fornecedor de cuidados e infraestruturas no quadro de uma política contrassubversiva para ganhar a confiança das populações. Como se faria então constar no preâmbulo da Constituição, aprovada a 2 de abril de 1976, a «viragem histórica» que o 25 de Abril havia aberto significava a libertação do país da ditadura e também do colonialismo.

POLÍTICAS DA MEMÓRIA, POLÍTICAS DO SILÊNCIO

Apesar de terminado enquanto realidade política, a força material e ideológica deste passado-presente colonial não deixou de se fazer sentir em Portugal. Examinam-se de seguida as modalidades que este lastro foi sofrendo no Portugal democrático. A memória do século xx português e da sua vertente colonial tem uma história própria, cuja análise permite identificar representações seletivas e amnésias persistentes. E tem igualmente sido palco de disputas memoriais — que, não sendo de agora, se intensificaram nos últimos anos — às quais se dedicará, de maneira necessariamente breve, o troço final deste capítulo. Por agora, importa lançar um olhar sobre a rememoração da guerra colonial no país.

Com efeito, num primeiro momento, correspondente ao período da ditadura, a guerra foi no essencial apagada enquanto fenómeno histórico, escondendo-se da sociedade as suas razões e os seus efeitos, mas também, de forma aparentemente paradoxal, exaltando momentos específicos ligados ao grandioso esforço pela manutenção da integridade dessa «nação pluricontinental e multirracial». Num segundo momento, já no período democrático, ela será inicialmente alvo de formas próprias e específicas de organização do esquecimento, analisadas de seguida. Na verdade, um conjunto amplo de razões contribuiu para a seletividade memorial sobre a guerra em Portugal⁸.

Em primeiro lugar, deve sublinhar-se de novo a relevância das chamadas «Descobertas» na definição de uma identidade coletiva de traços épicos. Essa narrativa tem sido acompanhada pela persistência recauchutada do lusotropicalismo como modelo interpretativo da experiência colonial portuguesa. A ideia de uma excecionalidade histórica de Portugal mantém-se viva e alimenta profusamente feixes discursivos que salientam uma vocação universalista lusa. Esta singular representação influencia a forma como (não) se recorda a violência da guerra e a sua natureza colonial, na medida em que o conflito constitui um desmentido à narrativa da salutar convivência entre povos irmãos que o processo histórico havia entrecruzado.

Em segundo lugar, há que reconhecer a relativa incapacidade das oposições ao Estado Novo para produzirem e ancorarem socialmente leituras, representações e propostas alternativas à imagem dominante do colonialismo. É verdade que, em Portugal, escritos na imprensa anarquista — particularmente os de Mário Domingues em *A Batalha* — e um embrionário movimento negro procuraram enunciar a justeza da autodeterminação dos povos colonizados na década de 1920 (Garcia e Castro, 1995; Varela e Semedo, 2019), e que no pós-guerra

⁷ MFA. Plano de Acção Política do CR-21/6/75.

⁸ Elementos da análise que se segue foram já previamente esboçados em Cardina, 2019 e Cardina e Martins, 2019a.

estruturas como a Casa de Estudantes do Império desempenharam um papel relevante como plataforma cultural e política para uma nova geração de estudantes africanos, muitos deles com lugar destacado no combate que se seguiu. No entanto, as oposições tiveram uma histórica dificuldade em afirmar uma posição firmemente anticolonial.

À semelhança dos defensores do regime, uma boa parte dos velhos republicanos, mesmo criticando alguns métodos de governo colonial, eram declarados defensores do império e da ideia de um Portugal pluricontinental. A título ilustrativo, o articulado do «Programa para a Democratização da República», publicado a 31 de janeiro de 1961, limitava-se a propor um reforço da política de descentralização administrativa. Mesmo o republicano Cunhal Leal, defensor de posições de progressiva autonomia das colónias (Farinha, 2003) e adepto de uma «autodeterminação preparada» eventualmente conducente «à futura improvisação de uma comunidade Luso-Afro-Brasileira», escrevia em 1962, no calor suscitado pelo início da guerra, que «todos os portugueses dignos desse nome» recusavam com veemência a ideia de se fugir «das nossas colónias como lebres acossadas, deixando ficar por lá o produto de um labor honesto e civilizado e entregando os seus autóctones à cobiça de estrangeiros rapaces e inescrupulosos e ao próprio desvairo de condenáveis ancestralidades» (Leal, 1962: 151-152). Os próprios socialistas, agrupados em 1964 em torno da ASP (Ação Socialista Portuguesa), mantiveram uma posição algo ambígua durante a década de 1960, condenando a política colonial, mas só tarde afirmando explicitamente o direito à independência dos povos colonizados (Martins, 2005: 178-179).

Por seu turno, o PCP desde cedo erigiu um discurso que oscilou entre uma retórica nacionalista que acentuava os custos da guerra para o país e um registo internacionalista que vincava a solidariedade com as colónias (Neves, 2008; Madeira, 2013). Quando eclodiu a guerra em Angola, apenas o PCP

reconhecia explicitamente o direito à autodeterminação e à independência das colónias. Seria, porém, no decorrer do seu Quinto Congresso, em setembro de 1957, que substituiria a sua posição anterior, fundamentada na criação de secções locais do partido nas colónias, por uma outra que consistia em apoiar partidos com base e direção africanas e destinados a lutar pela independência. Principal força organizada nas oposições, o PCP manteve uma política de unidade antifascista com os setores republicanos e liberais, que objetivamente contribuiu para marginalizar a abordagem da questão colonial.

Remetidas à clandestinidade ou constrangidas a formas mais ou menos ritualizadas de participação durante os forjados atos eleitorais, só tardiamente as oposições levaram a cabo um combate contra a guerra, que nem sempre foi um combate contra o colonialismo, as suas práticas e consequências. Um novo impulso foi dado por outras áreas políticas, no campo da esquerda radical — maoistas, trotskistas, socialistas radicais, setores do catolicismo progressista, etc. — que despontaram a partir de meados da década de 1960 e se consolidaram já na década de 1970. Em Portugal e no exílio contribuíram para uma crescente consciência crítica relativamente à guerra, denunciando o colonialismo e defendendo a deserção, embora o seu impacto se tenha concentrado sobretudo em setores juvenis urbanos e escolarizados (Bebiano, 2005; Lopes, 2009; Cardina, 2011; Pimentel, 2014; Rosas, 2015). A um crescente número de insubmissos — cerca de nove mil desertores e um número de refratários na ordem dos dez a vinte mil jovens (Cardina e Martins, 2019b) — importa adicionar cerca de 200 mil faltosos à inspeção só na então metrópole, no essencial dirigidos para a emigração europeia (*Resenha*, 1988: 258; Pereira, 2015).

Em terceiro lugar, enquanto decorria, a guerra colonial foi sujeita a mecanismos específicos de enquadramento institucional e informativo. Quando o conflito rebentou, Portugal não reconheceu estar a enfrentar uma guerra, mas sim ações

armadas dentro de um mesmo espaço nacional, levadas a cabo por «terroristas» estimulados, em boa medida, por agentes externos. Nas palavras de Marcelo Caetano, já no seu exílio brasileiro, e reportando-se à situação quando tomou posse em setembro de 1968, conter os «bandos guerrilheiros [que] eram relativamente pouco numerosos e sem representatividade» era «uma questão de segurança interna» (Caetano, 1975: 30).

A isto deve somar-se uma cultura de resignação que era determinada, entre outros aspetos, pela criminalização e demonização do debate político. Era a eficácia do que Fernando Rosas designa como «violência preventiva», ou seja, a imposição de instrumentos de intimidação, medo e submissão, acionados através da censura de aparelhos de vigilância policial e estruturas de inculcação ideológica, diretamente ligados ao Estado ou à Igreja católica (Rosas, 2012: 196-202 e 354). Acrescente-se, ainda, a vontade ativa, por parte do regime, de esconder da sociedade os impactos da guerra, desconsiderando o apoio institucional aos combatentes e às famílias de militares mortos e feridos. As famílias dos defuntos recebiam a notícia numa carta com uma fita preta e com informação lacónica e formal do Estado; os feridos desembarcavam de noite e eram mantidos fechados em hospitais a eles destinados; os cuidados aos incapacitados eram feitos por uma organização não-governamental que, por princípio, não deveria ter esse encargo, a Cruz Vermelha (Gomes, 2004: 173). Estes soldados embarcaram, assim, num regime de invisibilidade que se perpetuou no pós-25 de Abril, particularmente inscrito no corpo daqueles que regressaram feridos e que se constituíram como a expressão viva de uma dura lembrança que a ordem democrática quis esquecer (Martins, 2013; Campos, 2017).

Em quarto lugar, o facto de o 25 de Abril se ter dado em ligação direta com a guerra colonial condicionou a forma como este último episódio foi lembrado. A relação entre o regime democrático e a guerra colonial, através da figura dos militares,

tendeu assim a interferir no debate sobre a guerra, nomeadamente na perpetuação do silêncio público sobre as suas vertentes mais sangrentas. Na verdade, a guerra acabou por ser vista, de forma dominante, mais como a antecâmara do advento da democracia e como um evento dramático a contraciclo histórico e menos como um episódio inserido no tempo longo da presença em África e das violências físicas e simbólicas que ela condensou.

A organização do esquecimento relativamente à guerra no pós-25 de Abril fez com que se produzisse a celebração do seu término, mas se tendesse a rasurar a sua existência concreta. Se é certo que o ajuste de contas relativo à repressão da PIDE/DGS foi bastante tímido, no que concerne à guerra colonial ele foi inexistente. Um particular *pacto del olvido* se processou: com efeito, a mudança política, na qual os militares tiveram evidente protagonismo e que foi feita para terminar com a guerra, não ofereceu condições para judicializar um passado então recentíssimo no qual se cometeram as atrocidades típicas de uma guerra em solo colonial, com massacres de populações, tratamento brutal de presos e uma ligação entre Exército e PIDE/DGS. A evocação da violência da guerra e da cumplicidade de setores significativos da Igreja católica levaria, aliás, a uma aceção polémica logo em 1979, na sequência da suspensão pela RTP da série documental *Os Anos do Século* — com realização de José Elyseu e textos do historiador César Oliveira — após a exibição de um episódio considerado pela Comissão Administrativa da RTP como ofensivo para os sentimentos do povo português e marcado por uma «crueldade desnecessária» (Maurício, 2013: 168; Simões, 2020).

Em quinto lugar, compreender as razões do silenciamento da violência colonial e da guerra na sociedade portuguesa implica tomar em consideração que, no contexto das independências africanas, um expressivo número de cerca de 500 mil portugueses vieram de África, nomeadamente das

antigas colónias de povoamento, Angola e Moçambique. Isto significa que, a partir de finais da década de 1970, um conjunto socialmente relevante da população portuguesa vivera em África ou tem familiares que o fizeram. Esta circunstância facilita retratos do tempo colonial — muitas vezes difundidos em escala doméstica ou microcomunitária — que acentuam a dimensão da convivialidade, da experiência térmica, do exotismo, do ressentimento com a descolonização, e que tendem a omitir a violência, a desigualdade e a discriminação racial⁹.

Boa parte da produção académica sobre esta experiência de «retorno» tem sido centrada na intensidade da sua «integração» na sociedade portuguesa. Segundo Manuel Loff, diferentemente da memória da guerra, a memória do retorno tende a focar-se no período da transição para as independências, rasurando a guerra colonial das suas narrativas (Loff, 2015: 55). A turbulência de uma descolonização que os atingira diretamente é vista frequentemente como a origem da interrupção abrupta de vidas e quotidianos, nas quais sobressaem representações de um colonialismo experiencialmente configurado ora como doçura dos trópicos, ora como traumática separação.

Em sexto lugar, a articulação entre memória e território. Efetivamente, para se perceber o atrito memorial relativamente à guerra convém anotar este último dado. Não obstante os largos contingentes de soldados enviados para combater nos três cenários africanos — que daí voltaram com a guerra inscrita no corpo e na mente, e que tantas vezes a transferi-

9 A designação que entraria no léxico público — os «retornados» — remete para a criação, em 1975, do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), um organismo instituído para dar apoio à chegada e integração desta população. Sobre a experiência e a memória do retorno ver, entre outras obras: Pires, 1984; Machaqueiro, 2015; Peralta, Góis e Oliveira, 2017; Pires, Delaunay e Peixoto, 2020. Um conjunto de obras literárias tem também vindo a trabalhar a partir dessa experiência, de que são exemplos os romances *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo (2009), e *O Retorno*, de Dulce Maria Cardoso (2012).

ram de formas dramáticas para o seu contexto familiar — o certo é que a guerra se desenrolou longe do território português. Não foi em Portugal que as tropas circularam, que se povoaram os caminhos de minas antipessoais, que aconteceram os ataques e os bombardeamentos, que se agruparam populações para fora dos seus territórios de origem, que se produziram as micro e macro violências típicas das guerras e das relações coloniais. Isso tem um óbvio impacto nos modos de recordar, criando uma «memória sem chão», socialmente perplexa e, naqueles que a combateram, individualmente des-territorializada¹⁰.

O apagamento da guerra colonial do espaço público decorre assim de um conjunto multifacetado de fatores. Dele deve ainda fazer parte, por fim, a dificuldade genérica em verbalizar publicamente fenómenos de violência. Maria José Lobo Antunes mostra-o bem em *Regressos Quase Perfeitos*, um estudo etnográfico sobre a companhia militar em que serviu o seu pai, António Lobo Antunes. No livro são particularmente detetados os silêncios sobre a violência e o horror da guerra. Estas experiências, quando verbalizadas, são justificadas à luz de mecanismos retóricos que as enquadram como resultado de um dever de obediência ou as reformulam à luz da ideia do soldado como vítima de uma experiência que não controla — como já notara também Manuel Loff (2015: 98) — numa «suspensão da normalidade» em que o exercício da violência na guerra surge como uma inexistência narrativa, entrincheirada entre as cautelas que determinam o não-dito e os fantasmas pessoais que se instalam no limite do indizível (Antunes, 2015: 297-302 e 376).

10 Essa distância, aliás, tem vindo a produzir, muito recentemente, fenómenos como os relacionados com o chamado «turismo da saudade», no qual ex-combatentes regressam a territórios (particularmente à Guiné) onde combateram, para se reencontrarem — e, em alguns casos, apaziguarem — com o seu passado.

A MEMÓRIA DA GUERRA COLONIAL NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

As razões do silenciamento da violência colonial, e da guerra como uma das suas expressões finais, possuem uma historicidade própria. A partir de 1975, a evocação do conflito circulou entre um alargado silêncio e um conjunto de memorializações inscritas nos espaços privados e, um pouco mais tarde, em círculos de camaradas de armas (e.g. Ribeiro e Ribeiro, 2018). Logo em 1979, António Lobo Antunes, no romance *Os Cus de Judas*, dá conta dessa necessidade de se escutar o drama vivo de quem fora para África combater. O romance é um longo monólogo marcado pelo excesso de memória privada e pela ausência de memória social. O narrador recorre a uma mulher silenciosa — que o ouve num bar e que depois o acompanha a casa para uma madrugada de sexo — para desdobrar uma história que aparentemente mais ninguém quer ouvir:

Escute. Olhe para mim e escute, preciso tanto que me escute, me escute com a mesma atenção ansiosa com que nós ouvíamos os apelos do rádio da coluna debaixo de fogo [...] escute-me tal como eu me debrucei para o hálito do nosso primeiro morto na desesperada esperança de que respirasse ainda, o morto que embrulhei num cobertor e coloquei no meu quarto, era a seguir ao almoço e um torpor esquisito bambeava-me as pernas, fechei a porta e declarei Dorme bem a sesta, cá fora os soldados olhavam para mim sem dizer nada, Desta vez não há milagre meus chuchus (Antunes, 1983 [1979]: 61)

A publicação, no mesmo ano e por parte do mesmo autor, de *Memória de Elefante*, veio sublinhar a possibilidade de o campo literário funcionar como um forte instrumento anamnésico (Medeiros, 2000). Um conjunto de romances e poemas foi-se projetando, em finais da década de 1970 e durante as décadas de 1980 e 1990, como mecanismo de problematização do pas-

sado colonial e da experiência da guerra, atestando um percurso de estilhaçamento do silêncio através da arte e da cultura. Retratos amargos de um «violento crepúsculo imperial» (Ribeiro, 2004: 429), estes livros contribuíram para demonstrar o quanto a experiência da guerra se mantinha privada e incómoda. Um punhado de anos depois, em *Um Adeus Português*, um filme de João Botelho, o irmão de um soldado morto em combate em 1971 explicava à namorada o quão longínquo estava já o episódio — corria o ano de 1985 — e revelava a espessura de um desconforto socialmente impregnado: «Costumo dizer que morreu de acidente; ninguém gosta de ouvir que morreu na guerra.» (*Um Adeus Português*, 1986)

Na década de 1980, a guerra ocupava um lugar de difícil enunciação no quadro da construção de um Portugal democrático, europeu e pós-colonial. Naqueles anos, o país buscava reconfigurar-se como nação europeia, num processo que o levou a querer mitigar os seus fantasmas coloniais. À necessidade sentida por muitos ex-combatentes de «seguir em frente» e «fazer a sua vida», juntou-se, até muito tarde, a fraca a disponibilidade social para a escuta de uma história trágica com sabor a derrota. Foi na década de 1990 que a memória da guerra ganhou maior visibilidade no país. A 15 de janeiro de 1994 inaugurou-se o «Monumento aos Combatentes do Ultramar», uma imponente obra instalada em Belém e palco de cerimónias evocativas da guerra e de celebração patriótica, com destaque para o Encontro Nacional de Combatentes, aí realizado anualmente a 10 de junho.

Altino Magalhães, então presidente da Liga dos Combatentes e da comissão responsável por erguer o monumento, definiria a guerra como sendo o «cumprimento consciente, com honra, com dignidade e com grandes sacrifícios, do dever cívico indeclinável de legítima defesa do Estado e da vida das nossas populações, na situação da criminoso guerra que tivemos de enfrentar» (*in* Peralta, 2017: 188). Convidado para presidir

à comissão de honra, o então presidente da República, Mário Soares, declinou o convite, por entender que desse modo veicularia uma imagem de aceitação da guerra, o que ele, exilado e histórico opositor da ditadura, entendia inadequado. Durante a inauguração, a sua presença foi vaiada.

A integração do monumento na zona de Belém não deixa de estabelecer um jogo alegórico num espaço público particular marcado pela «retórica celebrativa» dos descobrimentos (Vecchi, 2010: 27). Ex-líbris turístico da capital, a paisagem memorial instituída em Belém — com o Mosteiro dos Jerónimos, o Padrão dos Descobrimentos, a Torre de Belém, a Praça do Império ou o Monumento aos Combatentes do Ultramar — transforma-a, no dizer de Elsa Peralta, no caso mais paradigmático de «inscrição e condensação» da memória alusiva ao império, «funcionando como uma síntese simbólica da identidade nacional» (2017: 65).

Convém regressar ao monumento e atender, desde logo, à sua designação: a referência ao «Ultramar» remete justamente para a autocaracterização dos territórios africanos feita pela ditadura, definindo, por isso mesmo, um posicionamento histórico e uma leitura particular quanto à substância e legitimidade do conflito. Essa caracterização tem uma relação direta com a atrás referida alteração constitucional feita em 1951, na qual Portugal assume não ter colónias, mas sim «províncias ultramarinas», parte indivisível de um território nacional que se estendia «do Minho a Timor». Para os críticos do regime, e para a generalidade da historiografia posterior, a expressão «guerra colonial» captava, na realidade, a essência do conflito para lá da retórica do Estado Novo, permitindo não elidir a existência do colonialismo como realidade histórica. O curioso de observar é que o uso da expressão «guerra do ultramar» transcende os círculos de ex-combatentes mais conservadores ou dos saudosistas do regime, mostrando um entendimento do conflito determinado pela experiência do combatente e por



Lisboa, «Monumento aos Combatentes do Ultramar». (Foto: Elsa Peralta)

modos de nomeação dessa experiência alicerçados na linguagem autojustificadora do regime.

Na década de 1990, a par do aumento do número de encontros, reuniões e convívios de ex-combatentes, ganharam relevo social associações apostadas em trazer as suas reivindicações para a arena pública. Muitas delas tinham já uma longa existência (caso da Liga dos Combatentes, criada em 1924), ou haviam sido criadas logo a seguir ao 25 de Abril (caso da ADFA, Associação de Deficientes das Forças Armadas, surgida em maio de 1974, mas cujos primórdios remontam aos anos finais da ditadura). Elas viriam a transformar-se em espaços de apoio médico, pressão política, reconhecimento público e socialização entre pares, ao mesmo tempo que articulavam representações — diferentes e, por vezes, até mesmo antagónicas — sobre o que havia sido o conflito.

Em 1994, surgiu a APOIAR (Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas do Stress de Guerra), que trouxe visibilidade à questão das experiências traumáticas desencadeadas pela participação na guerra. Em 1999, a lei 46/99 estendeu o

conceito de «deficiente das Forças Armadas» aos portadores de «perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar» e o Estado assumiu o dever de criar uma rede nacional de apoio a estes ex-militares¹¹. Estudando o tema, Luís Quintais anotou como a referência ao trauma abriu caminho para articular a história recente com a experiência dos ex-combatentes, permitindo «narrativizar uma história noturna» (2000: 1003-1004). A década de 1990 correspondeu, assim, a um período de maior visibilidade da guerra, marcado pela definição da ideia do soldado-vítima do conflito onde combateu e da manutenção da subalternização da natureza colonial da guerra.

Importa notar que a partir de meados da década de 1980 haviam já sido dados à estampa alguns trabalhos de conjunto, de natureza jornalística e/ou historiográfica, e uma versão do conflito produzida oficialmente pelo Estado-Maior do Exército, através da Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), constituída por seis volumes, publicados entre 1988 e 1998: a *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. A expressão «campanhas de África» aparecia aqui como uma alternativa à discussão «colonial» versus «ultramar», com a particularidade de omitir que se tratou de uma guerra, preferindo-se utilizar um termo que evoca as ditas «campanhas de pacificação», as quais pretendiam ocupar o território e subjugar as populações colonizadas.

A este *corpus* se juntaria um número progressivamente crescente de testemunhos publicados por ex-militares e, mais recentemente, um conjunto variado de livros, filmes, peças de teatro e documentários. Se até 1994 foi relativamente escassa a atenção mediática dedicada ao assunto, ela tende a recrudescer logo a seguir. Nas últimas décadas, a percepção do 25 de Abril como uma rutura socialmente benéfica para a larga maioria da população convergiu com uma certa memória nostálgica

de uma África perdida. Como refere Manuel Loff, «ao mesmo tempo que se percebera que a guerra fora um instrumento inaceitável de bloqueio do direito à autodeterminação dos africanos, uma parte provavelmente maioritária da sociedade não achava, como parece ainda hoje ser o caso, que a dominação colonial fora igualmente inaceitável» (2015: 56).

Em sentido semelhante, Carlos Maurício examinou sondagens de opinião, publicadas entre 1973 e 2004, a partir das quais foi possível cotejar a evolução da opinião pública relativamente à guerra, ao império e à descolonização. Fez ele notar que, «após um período de relativa amnésia e de recusa de debate público, o 20.º aniversário do 25 de Abril permitiu uma alteração no modo como a opinião pública encarava a guerra colonial e a descolonização», com a expressão crescente de uma «visão revisionista do colonialismo e muito crítica da descolonização» (2011: 291). No caso específico da guerra, sobretudo a partir dos anos 2000, o tema tem conquistado presença, nomeadamente no campo historiográfico e académico, nas artes, no cinema e no documentário, como o demonstra a série *A Guerra*, de Joaquim Furtado, exibida na RTP1 entre 2007 e 2012, com níveis de audiência muito consideráveis¹². Também se assinala um crescimento significativo de testemunhos de ex-combatentes em suporte escrito ou digital, além de monumentos, memoriais e convívios de ex-militares.

Neste particular, é de realçar ainda o recente surto de monumentos. Se de 1963 a 1999 foram construídos no país pouco mais de 50 monumentos, de 2000 a 2019 o número aumentou consideravelmente. André Caiado anota a existência de cerca de 400 monumentos associados à guerra em Portugal, sendo que a sua imensa maioria — cerca de 350 — foram justamente

12 Alguma produção no âmbito do documentário foi saindo nos últimos anos. Um exemplo disso é o filme *As Duas Faces da Guerra*, de Diana Andringa e Flora Gomes (2007). De âmbito mais vasto, focado numa análise crítica do colonialismo português, saliente-se a série documental *História a História. África*, apresentada por Fernando Rosas e com realização de Bruno Cabral (RTP, 2017).

11 Lei 46/99, 16 de junho.

construídos nestes últimos anos. Resultante da articulação entre a Liga dos Combatentes e o poder local, esta é uma dinâmica pouco visível, desde logo porque muitos deles estão fora dos grandes centros urbanos e sofrem uma precária apropriação social. Neles se combinam, com frequência, o gesto de lembrar os nomes jovens da região mortos na guerra e a reprodução de marcadores de exaltação patriótica (Caiado, 2020).

Já atrás se mencionou o monumento em Santa Comba Dão e o monumento em Belém. Outros se poderiam adicionar pela sua especificidade, como é o caso do monumento, existente em Coimbra, dedicado «Aos Heróis do Ultramar». Nele é representada em bronze a figura de um soldado com uma G3 na mão direita e segurando com a mão esquerda uma criança negra despida que carrega aos ombros. A guerra surge aqui simbolizada como um gesto de salvação dos próprios povos colonizados, e a ação da tropa portuguesa — epítome da empresa colonial — como expressão de uma longa «missão civilizadora» e de um cuidado paternalista com as desprotegidas populações locais. Erguida simbolicamente a 10 de junho de 1971, a estátua foi reinaugurada em 2005, com a requalificação da praça, agora inserida nos arredores de um grande complexo comercial da cidade.

Elemento importante da memorialização da guerra têm também sido as expressões de vivências e recordações através do espaço digital. Um blogue como «Luís Graça e Camaradas da Guiné», em funcionamento desde 2004, é um espaço particularmente ativo na difusão de testemunhos, histórias, poemas e fotografias sobre a guerra. O blogue aponta para uma média de um milhão de visitas por ano e contém atualizações praticamente diárias, funcionando como uma relevante plataforma mnemónica de aproximação de ex-combatentes, que extravasa para a organização de eventos fora do mundo digital. São testemunhos e opiniões capazes de construir uma «comunidade de partilha e pertença» e fundados sobretudo na autoridade do vivido (Ferreira, 2020).



Coimbra, Estátua dedicada «aos heróis do Ultramar». (Foto: Miguel Cardina)

A PERSISTÊNCIA REAL DO IMAGINÁRIO COLONIAL

A imaginação do colonialismo no Portugal contemporâneo foi sendo permeável a narrativas ideológicas, ainda persistentes, e que consistiram historicamente na naturalização da realidade colonial através de dispositivos jurídicos, políticos, sociais e discursivos que a qualificam como não colonial. Nas palavras de Eduardo Lourenço, Portugal é o lugar «da mais espectacular boa consciência colonial que a História regista», baseada no esquecimento ativo de que «o seu império era fruto da colonização, isto é, do encontro com outrem sob uma forma que não exclui, nem excluiu, a violência» (2014: 137).

Na visão de Boaventura de Sousa Santos, desenvolveu-se, desde cedo, um conjunto de (auto)representações sobre o colonialismo e o império marcadas pelo facto de o país habitar «física e simbolicamente espaços-tempos muito mais vastos que os seus limites territoriais e muito diferentes das realidades que são observáveis nesses limites», gerando assim ideias de um «Portugal em sentido amplo» e um «Portugal em sentido restrito». Este «Portugal em sentido amplo» — que incluía vastas populações subalternizadas que não queriam ou não podiam usufruir de cidadania — determinou aquelas que eram as representações dominantes, produzidas pelas elites e difundidas em mais larga escala, sobre o «Portugal em sentido restrito» (Santos, 2011: 33).

A presença no senso comum do imaginário colonial é ainda hoje parte de uma ontologia nacional baseada numa grandeza tão perdida quanto operativa: Portugal seria ainda grande, moderno, empreendedor e conquistador porque um dia fora tudo isso. Essa essencialização do país resulta de uma sociedade que foi ao mesmo tempo, e durante séculos, «o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa». A partir de tópicos abstratos e genéricos, estas interpretações, produzidas pelas elites culturais e marcadas por um notório «excesso mítico» (Santos, 1994: 53-59), foram gerando um senso comum capaz de se dilatar socialmente. Esta imagem de um Portugal grandioso — que opera a partir da ilusão retrospectiva da continuidade da nação como uma entidade que atravessaria os séculos de forma incólume e imutável — tem sofrido uma crescente reconversão e apropriação para fins políticos e económicos.

No pós-25 de Abril, e nomeadamente a partir da década de 1980, a consolidação da cultura audiovisual intensificou uma redefinição da identidade nacional feita à luz de imagens sobre o passado colonial e a gesta marítima. Bandas pop como os Da Vinci ou os Heróis do Mar foram disso exemplo. A primeira venceu, em 1989, o popular Festival RTP da Canção com

o tema «Conquistador», no qual se celebrava, em modo heroico e romantizado, a história dos descobrimentos portugueses. A segunda tornou-se uma banda icónica dos anos 1980, com letras, estética e performances associadas à glorificação dos descobrimentos e que, deste modo, «contribuiu para deslocar o debate sobre a identidade portuguesa dos discursos eruditos ou institucionais para o campo da cultura pop(ular), ensaiando uma nova relação entre a história, a nação e a música pop» (Cardão, 2019: 280). Este processo dá-se num quadro de redefinição identitária do país, com a integração europeia, o surgimento da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), em 1996, com a sua tónica na lusofonia e, logo a seguir, a materialização da Expo 98 (Trindade, 2015; Cardão, 2019).

Com efeito, a Exposição Mundial de Lisboa, entre maio e setembro de 1998, assumiu particular relevo. Ocorrida numa zona da capital inteiramente requalificada para o efeito, a Expo 98 tinha como lema «Os oceanos: um património para o futuro» e visava comemorar — nas palavras do relatório final do evento — a «relevância histórica dos descobrimentos portugueses das últimas décadas do século xv, culminando com a primeira viagem marítima à Índia, feita por Vasco da Gama, em 1498, e a comemoração da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil», que abrisse caminho à promoção de «um intercâmbio cultural de consequências riquíssimas para a Humanidade»¹³. Dois meses antes da Expo, seria inaugurada uma nova ponte sobre o rio Tejo, à qual foi dado o nome de Vasco da Gama. A estrutura tinha um desenho que lhe permitira alcançar mais de 12 quilómetros de comprimento, sendo a mais longa ponte da Europa à época. Uma semana antes da inauguração oficial, realizou-se um gigantesco evento no espaço, promovido por uma conhecida marca de detergentes, na qual se serviu uma feijoada para 15 mil pessoas, com o intuito de entrar para o *Guinness Book of Records*.

¹³ *Relatório da Exposição Mundial de Lisboa* de 1998, p. 18. Sobre a Expo 98, vejam-se, entre outros, Ferreira, 2006 e Neves, 2019.

A Expo 98 atraiu cerca de 11 milhões de visitantes. A cobertura jornalística do evento e o posicionamento da generalidade dos atores políticos foram marcados por um tom apologético, conectando o novo Portugal a uma ideia de modernidade que se inspirava num passado grandioso. A celebração da expansão marítima testemunhava «a perseverança de um imaginário colonialista português, ainda que agora o destino imputado aos chamados descobrimentos portugueses já não fosse o império, mas sim a globalização» (Neves, 2019: 10-11). Esse consenso foi criticamente abordado, dias antes da abertura, por João Martins Pereira, que escreveu então nas páginas do jornal *Público*:

Os conteúdos dos grandes pavilhões, sabe-se agora, estão impregnados da epopeia quinhentista, a ponto de nos ser oferecido sentir virtualmente as emoções por que passaram os navegantes de antanho (ser-nos-ão poupados, porventura, os Adamastores, os enjôos, os escorbutos). [...] Esta onda patrioteira, de óbvia dimensão política, engloba aliás muitos outros agentes, públicos e privados, vindo já de há uns tempos atrás: Ponte Vasco da Gama, Fundação das Descobertas, Avenida Lusíada, linha de Metro «Caravela», programa Infante, sorteio Rota das Índias, toponímia do CCB e do Colombo, etc.

[A EXPO vem] anunciar a Portugal e ao mundo que este *já é* «um país do futuro», *desse* futuro mitificado, o dos «vencedores» na competição internacional. Os dois cultos combinados resultam numa mensagem global do tipo «fomos GRANDES, logo somos GRANDES, e GRANDE é o nosso futuro». E muitos dos que visitarem a EXPO, não duvido, inebriados pela ousadia das construções e das viagens virtuais a que serão sujeitos, sairão penetrados da sensação momentânea de que essa empolgante utopia está ao nosso alcance, e de que é esse mesmo o futuro desejável.¹⁴

Apesar da centralidade inicialmente atribuída à exploração marítima e aos «descobrimentos», críticas externas — vindas

14 João Martins Pereira, «Não quero falar da Expo», *Público*, 21 de abril de 1998.

da Índia e do Brasil, sobretudo — e a visão «anticomemorativista» que vigorara no seio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses acabaram por retrair a visibilidade desse elemento e mantê-lo numa relação diferida com os temas abstratos do mar, da modernidade e do futuro. Maria Manuela Cruzeiro, já com maior distanciamento, menciona a «ilusão consensualista» em torno do evento, patente na tônica constante sobre o «comportamento exemplar das multidões que visitavam a Expo, o seu civismo, o seu sentido de ajuda e de partilha de um bem colectivo», imaginando uma sociedade perfeita que buscava «parte das suas energias a uma equívoca imagem da velha nação multicultural» (Cruzeiro, 2017: 231)¹⁵.

UM EXEMPLO DE MEMÓRIA OFICIALIZADA

Esta visão do passado colonial, oscilando entre a celebração identitária e o silenciamento seletivo, assume um lugar estratégico no discurso produzido pelas altas figuras do Estado. Veja-se, a título ilustrativo, os discursos proferidos por Aníbal Cavaco Silva, presidente da República Portuguesa entre 2006 e 2016, nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril e do 10 de Junho¹⁶. Enaltecendo o regime político (25 de Abril) e a nação (10 de Junho), ambos os feriados manejam retoricamente certas interpretações da história nacional. Ao serem articulados pela instituição máxima da República, estes quadros históricos adquirem evidentemente um maior alcance político e simbólico. A análise destes discursos permite sinalizar a presença de cinco tópicos fundamentais associados à temática colonial.

15 Foram poucas, mas ainda assim existentes, as críticas a este imaginário presente na Expo 98. Uma delas resultou na realização do colóquio «Em tempo de Expo há outras histórias para contar», levado a cabo pela Abril em Maio e pelo SOS Racismo, e resultando depois num livro com a compilação das intervenções.

16 Para uma análise mais desenvolvida, ver Cardina, 2016.

O primeiro tópico reside na imaginação da colonização como tendo consistido essencialmente num «encontro de culturas». No discurso de 10 de junho de 2008, Cavaco Silva afirmou:

Portugal não se limitou a andar pelo mundo e a conhecer vagamente outros povos com quem se defrontou ou negociou. Portugal entendeu-se e misturou-se realmente com os outros, criou raízes fora de casa, lançou as bases para novas nações e pontes para o diálogo internacional que hoje tanto reivindicamos.

Este breve excerto condensa três ideias fortes que sugerem a benignidade do colonialismo português relativamente a outros colonialismos. Em primeiro lugar, vinca-se a diferença do seu cosmopolitismo: «não se limitou a andar pelo mundo», mas efetivamente «criou raízes fora de casa». Em segundo lugar, define-se a relação histórica entre os portugueses e os povos colonizados à luz das noções de convívio e miscigenação: «Portugal entendeu-se e misturou-se realmente com os outros». Por fim, indica-se, de forma algo imprecisa, que «as novas nações» resultaram das «bases» lançadas pelos portugueses. Trata-se, com efeito, de uma rasura do processo anticolonial que esteve na génese das nações africanas — e, de modo indireto, do próprio 25 de Abril — e de uma reconfiguração dos traços fundamentais do lusotropicalismo¹⁷.

Um segundo tópico remete para o silêncio sobre a guerra colonial. Quando teve necessidade de mencionar o tema — como aconteceu em 2011, na «Cerimónia de Homenagem aos Combatentes da Guerra em África»¹⁸ — Cavaco Silva usou as

¹⁷ Em 2008, numa visita oficial a Moçambique, perguntado sobre se não teria chegado a hora de Portugal reconhecer publicamente a existência de massacres como o de Wiriamu e de pedir desculpas por isso, Aníbal Cavaco Silva respondeu afirmando que não se deve «ficar sempre a olhar para o passado». Ana Sá Lopes, «O antigo alferes não pede desculpas por Wiriamu», *Diário de Notícias*, 25 de março de 2008.

¹⁸ Aníbal Cavaco Silva (2011/2012), *Roteiros VI*, pp. 49-51. Nos discursos militares do 10 de Junho, a menção à guerra aparece por duas vezes, sempre designada como «guerra em África».

expressões «Guerra em África» ou mesmo «Guerra do Ultramar». Efetivamente, a expressão «guerra colonial» não surge nos discursos presidenciais, e o próprio termo «guerra», sem outro qualificativo apenso, apareceu uma única vez, no discurso de 25 de abril de 2010, fazendo-se aí menção abstrata a um tempo histórico em que «caía um regime cansado de guerra».

A queda do regime é assim interpretada essencialmente à luz dos direitos cívicos coartados e da evocação da ação do MFA, omitindo-se o papel da guerra colonial na gestação do movimento e o lugar das lutas armadas de libertação em África no desgaste decisivo da ditadura. Desta forma, a leitura do 25 de Abril veiculada por Cavaco Silva é composta por dois cortes: um primeiro corte, entre o «regime autoritário» (expressão usada quatro vezes, em detrimento de Estado Novo, ditadura ou fascismo) e a democracia; e um segundo corte, entre a democracia e as ameaças à sua consolidação, identificadas nas movimentações políticas e sociais empreendidas nos momentos mais quentes da revolução. Desta forma, oblitera-se a importância do processo revolucionário, entendendo-se a consolidação da democracia como resultado da derrota da revolução e não como um produto histórico originado pelo compromisso que conteve a revolução, mas que dela manteve traços e conquistas substanciais. Trata-se, portanto, de uma das mais eloquentes absorções, no discurso oficial, das teses antitotalitárias emergentes no final da década de 1980 e início da de 1990 (Loff, 2015: 68-69).

O terceiro tópico presente nos discursos de Aníbal Cavaco Silva reside na evocação do excecionalismo da presença portuguesa no mundo. Essa inscrição específica na história seria produto do que, no mesmo discurso a 10 de junho de 2008, se define como o «universalismo português». Foi esse impulso que originou a «aventura que lançou os alicerces do mundo tal como ele se apresenta em nossos dias» (10 de junho de 2007). O universalismo luso teria assim dado lugar a uma presença no

mundo não apenas singular, mas ainda hoje culturalmente viva, politicamente frutuosa e socialmente estimada nos territórios outrora sob administração portuguesa. Um sintoma evidente da adoção desta chave de leitura está não só nas palavras que se escolhem dizer, mas também nas que se opta por suprimir: termos como «colonialismo», «colonização», «racismo» ou «escravatura» nunca surgem grafados nos discursos em observação.

Articulado com este terceiro tópico, uma quarta linha de força baseia-se na identificação da língua, da cultura e do património como os produtos históricos daquela «vivência universalista» dos portugueses. O espaço da «lusofonia» aparece sugerido como a reconfiguração contemporânea de um lastro histórico de encontro com outros povos. Conceito ambíguo e complexo, amplificado no quadro da construção da CPLP, a eficácia da «lusofonia» estaria, salienta Michel Cahen, na ressonância que estabelece com um «imaginário colonial duradouro», contribuindo para apagar «em uma única palavra realidades sociais extremamente diferentes e *status* sociais incomparáveis» e revelando o carácter ainda operativo de um imaginário «sem o colonialismo como política», mas com a colonização enquanto fenómeno sociocultural persistente (Cahen, 2010). No mesmo sentido apontam Moisés de Lemos Martins (2014) e Victor de Sousa (2015), indicando as continuidades entre a noção de «portugalidade», cunhada no Estado Novo, e as leituras de uma noção de «lusofonia» em que a língua aparece como uma identidade forjada e concedida a partir do antigo centro imperial, tal como já anteriormente Alfredo Margarido (2000: 6) havia feito, notando como a emergência da ideia de lusofonia coincide com a amnésia relativamente à violência colonial.

Curiosamente, a palavra «lusofonia» surge enunciada apenas uma única vez por Cavaco Silva, no discurso proferido a 25 de abril de 2014. Isso não significa, porém, que se abdi-que de postular a existência de um espaço cultural comum a

ex-colonizadores e ex-colonizados, tecido através da língua. A palavra «língua», com efeito, surge com bastante frequência, funcionando como o elemento que permite referenciar a existência de uma história partilhada. Como é dito a 10 de junho de 2008, «o facto de nos entendermos na mesma língua e de partilharmos uma História que foi comum durante alguns séculos não é irrelevante». Frequentes são também as alusões ao valor artístico do património edificado e ao mar, entendido simultaneamente como veículo central da grandeza passada e horizonte potenciador de um novo desenvolvimento para o país¹⁹.

Um quinto e último tópico nos discursos presidenciais de Cavaco Silva consiste em definir como europeu o Portugal que então empreendeu a aventura colonial. Como é dito em 2007, «foi Portugal quem primeiro levou a Europa ao encontro de outros povos, tornando assim real e concreto o universalismo que é timbre dos valores europeus». São várias as expressões que põem como ator da aventura colonial um «Portugal europeu» e, conseqüentemente, uma Europa entendida como farol do mundo. Em 2007, considera-se que Portugal foi «o rosto visível da civilização europeia nos quatro cantos do mundo». Em 2010, afirma-se que «difundimos por toda a parte a cultura de um continente ancestral, que durante muitos séculos vivera voltado sobre si mesmo».

A maioria das referências faz obviamente eco da atualidade política e da relevância da União Europeia na definição dos destinos do país, a qual seria, como é sabido, acentuada com o incremento da dependência político-económica a seguir ao resgate da *troika*, em 2011. Com esse pano de fundo, as

19 Esta leitura está em linha, aliás, com iniciativas como a campanha governamental «Portugal é Mar», lançada em 2014, de que uma das facetas foi a afixação nas escolas de 44 mil mapas em que se mostrava um amplo país marítimo, tomando como referência a Proposta de Limite da Plataforma Continental. A proposta estenderá a Zona Económica Exclusiva do país, permitindo que, como assinala o mapa escolar de 2014, 97% de Portugal fosse composto por mar.

referências de teor histórico tendem a procurar demonstrar o caráter ancestralmente europeu do país, tomando como natural a pertença, não só ao continente, como ao «projeto europeu». Ao mesmo tempo, buscam vincar uma especificidade cujo traço essencial, neste caso, estaria no espírito pioneiro com que «revelámos à Europa dois terços do planeta» (25/04/2010).

Estes cinco tópicos apontam para a persistência de um imaginário de traços lusotropicalizantes num espaço-tempo pós-colonial. Nestes discursos, a questão colonial é deslocada através de um mecanismo que omite os processos históricos ligados ao racismo, à escravatura e à dominação económica e cultural e que, em alternativa, realça o papel da língua, do património e do mar como componentes diferenciadoras da empresa colonial portuguesa. Assim se recicla um conjunto de tópicos sobre os «Descobrimientos» e a singularidade do «modo português de estar no mundo», com recurso a um novo léxico, conferindo primazia à noção de um «Portugal europeu» como agente do processo de expansão colonial.

Trata-se, pois, da articulação entre um Portugal estruturalmente inserido na União Europeia — com políticas de convergência e com constrangimentos legais e orçamentais que definem as grandes possibilidades de desenvolvimento do país — e a permanência de um novo-velho épico imperial. Ele é marcado pela interseção de dois elementos. Em primeiro lugar, a ideia da exploração marítima como um glorioso empreendimento que atestaria uma (entretanto perdida) centralidade do país, dando azo a recorrentes análises sobre as inatas disposições do país e das suas gentes fundadas nessa evocação genérica das «Descobertas». Em segundo lugar, e diretamente ligada a isso, a noção de que esse passado colonial se fez, no essencial, de cosmopolitismo, encontro, ousadia e descoberta²⁰.

20 Miguel Vale de Almeida usara já o conceito de «lusotropicalismo genérico» para identificar a presença reconfigurada desse imaginário de miscigenação e tolerância no

FANTASMAS QUE SE AGITAM

A partir de 2017, um conjunto de intervenções e polémicas veio dar novo fôlego ao debate sobre o passado colonial. Em abril de 2017, o presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, visitou a Ilha de Gorée, no Senegal, entreposto usado para o tráfico através de africanos escravizados, e aí realçou o que teria sido o pioneirismo português na abolição da escravatura, «pela mão do Marquês de Pombal, em 1761». Na verdade, a data não assinala a abolição do tráfico de sujeitos escravizados em todo o império, mas o fim desse tráfico para a metrópole (concentrando-o no Brasil como destino), sendo que o fim efetivo da escravatura ocorreria apenas em meados do século XIX. Instado sobre se não estaria na altura de Portugal enfrentar esse passado, Marcelo Rebelo de Sousa respondeu que a existência de uma data da abolição assinalaria já o reconhecimento da injustiça. As declarações viriam a desencadear uma carta aberta na qual os signatários censuravam a «visão idealista e excecionalista do legado colonial da história portuguesa», notando ainda como a omissão das «formas de opressão que em nome do país foram praticadas e legalmente sustentadas nas colónias africanas até à extinção do regime colonial português em 1974-75 [...] tem constituído a pedra angular da política da memória preconizada pelo poder político»²¹.

Portugal democrático e pós-colonial, revelando permanências múltiplas, «como inclinação, como interpretação de senso comum e por vezes como representação oficial». Almeida, 2000:182.

21 AA.VV., «Um regresso ao passado em Gorée. Não em nosso nome», *Diário de Notícias*, 19 de abril de 2017. Na mesma polémica, Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro notaram como é ilusória a ideia de que a abolição da escravatura significou a adesão de Portugal «a um ideal humanista que estava virado para o futuro». Ela foi «essencialmente o resultado, demorado, de pressões externas e de dinâmicas económicas internacionais. A tolerância para com o tráfico de escravos e a escravatura imperou durante todo o século XIX», sublinhando ainda que o trabalho forçado, cuja legalidade subsistiu até 1962 — e que em Angola, em 1953, por exemplo, consistia em 70% dos contratos — correspondeu, em certa medida, a uma continuidade relativamente ao passado de escravidão. «Um ‘human-

Meses depois, em fevereiro de 2018, na sua visita oficial a São Tomé e Príncipe, Marcelo Rebelo de Sousa deslocou-se a Fernão Dias e aí depositou uma coroa de flores no memorial que evoca os mortos durante o evento colonial que ficou conhecido como «Massacre de Batepá». Apesar dos discursos recorrentes sobre a irmandade entre Portugal e as suas antigas colónias, esta era a primeira vez que um presidente da República Portuguesa se deslocava ao palco do massacre. Rebelo de Sousa afiançou então que «Portugal assume a sua história naquilo que tem de bom e de mau, e assume nomeadamente, neste instante e neste memorial, aquilo que foi o sacrifício da vida e o desrespeito da dignidade de pessoas e comunidades»²².

Em 2017, a colocação de uma estátua de homenagem ao Padre António Vieira, em Lisboa, na qual o jesuíta aparece empunhando uma cruz e com crianças índias a seus pés, viria a alimentar gestos de contestação que teriam um último e mais recente capítulo já em 2020, quando mãos anónimas acrescentaram a palavra «descoloniza» e corações nas estátuas representativas de três crianças, motivando por isso um aceso debate²³. Ainda em 2017, uma das propostas vencedoras apresentadas ao Orçamento

ismo' nada excepcional», *Público*, 18 de abril de 2017. Por seu turno, João Pedro Marques, o mais prolífico interveniente nestes debates, defendera que o «abolicionismo fora uma ideologia ocidental», que o fim da escravidão a ele se deve e que as leituras do passado revelam «culpa ocidental» e inadequadas exigências de «pedido de desculpas». João Pedro Marques, «Marcelo e a escravatura: 20 valores», *Público*, 18 de abril de 2017; «Pedir desculpa pela escravatura? Três razões para não ir por aí», *Diário de Notícias*, 18 de maio de 2017; «Porquê e para quê voltar à escravatura 150 anos depois?», *Público*, 31 de maio de 2017.

22 Leonete Botelho, «Portugal 'assume responsabilidade' pelo massacre de Batepá», *Público*, 21 de fevereiro de 2018. Passavam então 65 anos sobre os acontecimentos de Batepá. Nos primeiros dias desse mês de fevereiro de 1953, uma sucessão de acontecimentos violentos, nos quais desempenhou papel determinante a ação das autoridades portuguesas, haveria de conduzir à morte de centenas de são-tomenses. Sobre este assunto, veja-se Rodrigues, 2018.

23 Para uma visão crítica da estátua e do quadro memorial que a permitira, ainda antes da última discussão pública, em junho de 2020, veja-se: Inês Beleza Barreiros, Patrícia Martins Marcos, Pedro Schacht Pereira e Rui Gomes Coelho (2020), «Vieira no país dos cordiais», *Público*, 2 de fevereiro de 2020.

Participativo de Lisboa viera da Djass, uma associação de afro-descendentes, e constava da criação de um Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas, num país que teve um papel muito relevante no tráfico transatlântico de sujeitos escravizados²⁴. Seria, porém, a proposta de criação na cidade de um «Museu da Descoberta», surgida logo a seguir, que motivaria um debate mais aceso. A ideia fora lançada pela ganhadora candidatura socialista ao Município de Lisboa num quadro de incremento turístico na capital do país, e suscitou uma discussão sobre o nome adequado a dar a um eventual futuro museu desta natureza: Museu dos Descobrimentos, da Descoberta, da Viagem, da Lusofonia, da Interculturalidade de Origem Portuguesa foram alguns dos nomes avançados em artigos de opinião por especialistas, *opinion-makers* e decisores políticos. Focando criticamente na designação de «Descoberta», mas ampliando a discussão, exprimiu-se também um conjunto de historiadores e cientistas sociais, fazendo notar o caráter problemático da noção. Dizia-se na carta aberta:

Porque é que ele não deve intitular-se «Museu das Descobertas»? Desde logo, porque essa designação cristaliza uma incorreção histórica, razão pela qual, como historiadores e cientistas sociais, não podemos estar de acordo com ela. Apesar do vocábulo «descobrimento», no singular e no plural, ter sido utilizado nos séculos xv e xvi para descrever o facto de se terem encontrado terras e mares desconhecidos na Europa, a verdade é que, na quase totalidade dos casos, ele apenas se refere à percepção da realidade do ponto de vista dos povos europeus. [...] Ter-se-ão os povos africanos, asiáticos e americanos, de histórias milenares, sentido «descobertos» pelos portugueses? E como se sentirão hoje as populações oriundas desses territórios ao visitarem um espaço museológico que priva os seus antepassados de iniciativa

24 Após várias sessões de votação pública, surgiu como vencedora a proposta «Planificação — Prosperidade — Pesadelo», do artista angolano Kiluanji Kia Henda, consistindo em 540 pés de cana-de-açúcar, em alumínio preto, a ser colocada junto ao Campo das Cebolas.

histórica, reduzindo-os ao papel de objecto da acção descobridora, muitas vezes violenta, dos portugueses?²⁵

Um grupo de cem afrodescendentes viria também a tomar posição, recusando «um museu contra nós» e assumindo uma leitura fortemente crítica do passado colonial do país. Contra a naturalização da ausência «das nossas perspetivas nas instituições nacionais e nas discussões públicas», contestaram a permanência de leituras lusotropicalizantes do passado. E prosseguiram:

O período colonial tem funcionado como referencial máximo da capacidade imperial e do apogeu de Portugal no mundo, assim como referencial para a construção da identidade nacional contemporânea, que nele bebe a sua heroicidade. *O esplendor de Portugal*, como se canta no hino nacional, está localizado na história do colonialismo, considerado o período áureo da História de Portugal, mas para isso omitem-se as violências sistémicas que este período histórico protagonizou, tais como a Escravatura, o etnocídio, a evangelização forçada, as Guerras de Pacificação, o Estatuto do Indigenato e a exploração de recursos. Omitem-se também as histórias de resistência dos povos africanos e indígenas, retratados como os povos sem história, elementos passivos, sedentos de civilização, de cultura e de fé.²⁶

Se é certo que o museu (ainda?) não passara do papel, o seu espectro motivou uma intensa discussão. Em alguns casos, o debate centrou-se na discussão historiográfica sobre a validade do termo «Descoberta(s)», sobre as escalas e perspetivas (nacional, global, relacional) usadas para pensar este passado ou, numa linha mais epistemológica, sobre a natureza contemporânea (ou não) de toda a produção historiográfica. Uma parte do debate, porém, serviu para que a maioria dos intervenientes defensores da proposta —

²⁵ In *Expresso*, 12 de abril de 2018.

²⁶ AA.VV., «Não a um museu contra nós!», *Público*, 22 de junho de 2018.

ou opositores dos críticos — usassem de um tom acusatório que colocou os críticos e os seus argumentos no domínio da insanidade sugerindo que se trataria de uma castradora vaga censória.

Vítor Rainho, diretor do *jornal i*, condenou a «onda de histerismo do politicamente correto» e a «loucura de atacar tudo o que é símbolo dos Descobrimentos, esquecendo a importância dos mesmos», concluindo: «A História de Portugal não pode ser reescrita por meninos armados em heróis dos direitos humanos.»²⁷ Miguel Sousa Tavares falou do «Esplendor do Politicamente Idiota»²⁸ e João Pedro Marques entendeu que a «História não tem de ser politicamente correcta» e que o que se deve valorizar é que «certos homens descobriram o caminho marítimo para a Índia enquanto outros permaneceram nas suas florestas tropicais, nas suas cidades ou nos seus desertos»²⁹. O mesmo historiador censurou quem olha para o passado com «vergonha e vocação penitente»³⁰. O cronista João Miguel Tavares, por seu turno, falou dos críticos como de alguém que procura exasperadamente o «sentimento de culpa», o que o levaria ao gesto irónico de imaginar um «Museu da Culpa do Homem Branco»³¹.

Esta visão associa fortemente a expansão ultramarina à identidade nacional e censura a presença de uma suposta e difusa tentação penitencial em setores da opinião pública. Num texto que procede à análise preliminar deste debate, Luís Trindade aponta a naturalização do nacionalismo como pano de fundo da discussão. O nacionalismo surge aqui como um ponto de vista neutro e indiscutido, presente na normalização

²⁷ Vítor Rainho, «Querem reescrever a história aos olhos de hoje», *jornal i*, 20 de abril de 2018.

²⁸ Miguel Sousa Tavares, «O esplendor do politicamente idiota», *Expresso*, 28 de abril de 2018.

²⁹ João Pedro Marques, «Dois pesos e duas medidas», *Público*, 1 de junho de 2018.

³⁰ João Pedro Marques, «O passado de Portugal e os advogados do diabo», *Público*, 16 de junho de 2018.

³¹ João Miguel Tavares, «O Museu da Culpa do Homem Branco», *Público*, 14 de junho de 2018.

da narrativa épica das descobertas e na própria desqualificação do *outro* como um (in)voluntário antipatriota ou um moderno flagelante. O que estaria em causa seria, pois, «um desacordo sobre o próprio local do debate». Por um lado, «estão aqueles que continuarão a fazer história a partir do centro que julgam ocupar no mundo. Por outro lado, uma atitude intelectual disponível para um gesto teórico de desidentificação, que começa por reconhecer como o outro foi desde sempre sobreidentificado pelo Europeu, e que, através da abertura a perspetivas não eurocêntricas, nos permita relativizar, ou descentrar, os pontos de vista do debate» (Trindade, 2019: 73).

Estas iniciativas e debates públicos sobre a exploração marítima, a escravização e o colonialismo revelam um interesse crescente num tema que tem vindo a transcender claramente o estrito domínio da historiografia. Corresponde assim a uma erupção memorial, articulada com discussões existentes na sociedade sobre o papel do colonialismo na formação do Portugal contemporâneo e sobre a dissimulada persistência do racismo. Apesar disso, a mobilização do passado por via da palavra-código «Descobertas» é ainda constante e operativa, e produz um campo discursivo que surge recorrentemente em anúncios publicitários, em iniciativas governamentais, em realizações políticas, desportivas, lúdicas e empresariais.

São várias as ilustrações desse fenómeno. Em 2010, num contexto de forte crise económica, era lançado o jogo de tabuleiro *Caravelas*, que veio a obter significativo sucesso. O jogo apresenta-se como sendo destinado a toda a família e visando falar «dos nossos navegadores, das nossas conquistas e dos nossos feitos». Esta nostalgia imperial surgia ativada num contexto particular, a que a apresentação do jogo num *site* especializado fazia explícita menção:

Parece que em tempo de crise — será esta a mais ouvida, escrita, dita, palavra dos últimos tempos em Portugal?! — algumas coisas vão surgindo como que retirando esse peso de fado de cima de nós, desafiando o Inverno, desfazendo os défices e aligeirando as intempéries. Uma lufada de ar fresco, para recorrer a um chavão, que prova que em Portugal podem-se [*sic*] fazer coisas boas [...].

Em suma, temos aqui um jogo que nos deve, a todos nós portugueses, encher de orgulho. Vejam bem: mesmo em tempo de crise, um jogo português, de um português, editado por uma editora portuguesa, sobre Portugal. É ou não é para todos estarmos mais que orgulhosos com este feito? É ou não é uma pedrada no charco? Crise? Talvez mas *Caravelas* mostra que podemos, com a atitude e o empreendedorismo certos, chegar a bom porto.³²

O tabuleiro do jogo *Caravelas* consiste num mapa do mundo com 32 destinos em vários continentes, sendo possível recolher mercadorias e chegar à compra do Mosteiro dos Jerónimos. Também num sentido de exaltação da história marítima nacional é o jogo de tabuleiro *Quinto Império* — expressão oriunda da crença milenarista formulada pelo Padre António Vieira no século XVII —, no qual os jogadores são levados a fazer uma viagem pelo mundo visando «negociar mercadorias e riquezas para, no final do jogo, conseguir o objetivo de construir o maior número de monumento nacionais portugueses»³³.

Têm surgido também parques temáticos marcados por uma indisfarçável glorificação da história imperial. É o caso do World of Discoveries — sintomaticamente inaugurado no 40.º aniversário do 25 de Abril, em 2014 —, que se apresenta como um parque destinado a celebrar essa «aventura que mudou o mundo», lançou «a humanidade numa era de globalização» e pôs «gentes, animais e plantas em circulação por todo o

³² <https://www.spielportugal.org/reviews/20/caravelas> Agradeço a Maria José Canelo a indicação da existência deste jogo.

³³ <http://www.pythagoras.pt/jogo/4/Quinto%20Imperio>.

mundo». Esta última observação, remetendo de forma enviesada e no limite do obscuro para a escravização, compagina-se com uma leitura revista do messianismo atribuído ao país, já não ligado à evangelização e à «missão civilizadora», mas ao caráter pioneiro na globalização. O espaço de cinco mil metros quadrados situa-se no centro do Porto, resulta de um investimento de uma empresa privada, a Douro Azul, e é bastante visitado por turistas e grupos escolares, que usufruem de programas próprios³⁴.

Igualmente no discurso publicitário é recorrente a instrumentalização do imaginário imperial como forma de gerar identificação a partir da ideia da exceção e do pioneirismo lusitanos. Foi isso que aconteceu no início de 2019 com a cerveja *Quinas*, que produziu uma campanha publicitária na qual se observava uma imagem de uma cerveja cuja espuma desenhava o mapa de África e onde se podia ler: «Os portugueses são conquistadores. Gostam de deixar marca por onde passam.» A campanha era especialmente dirigida à comunidade portuguesa na África do Sul, composta por cerca de 200 mil portugueses e lusodescendentes, mas foi de outras latitudes, especialmente do Brasil, que surgiu a contestação. Às acusações de glorificação de um passado que omite a sua dimensão violenta, a marca dissociou-se dessas críticas e venceu pretender apenas realçar «a alma lusa e o seu caráter invulgar»³⁵.

Um último exemplo: em finais de 2017, ocorreu a apresentação em Lisboa da Web Summit. Na abertura do evento, o primeiro-ministro António Costa lembrou Fernão de Magalhães e comparou o início dos descobrimentos com o início da era tecnológica que a Web Summit incorporava. Por seu turno, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, oferecera no ano anterior um astrolábio a Paddy Cosgrave,

CEO da empresa organizadora do evento, fazendo uma analogia entre o pioneirismo das descobertas e o empreendedorismo da Web Summit, e concluindo: «Lisboa era a capital do mundo há cinco séculos, daqui partiram rotas para descobrir novos mundos, novas pessoas, novas ideias. De Lisboa partiu uma grande aventura que conectou a raça humana [...]. Há 500 anos os navegadores cruzaram os mares. Hoje são vocês, os engenheiros, os empreendedores, os criadores, os inovadores, as *start-ups*, todas as empresas.»³⁶ Em 2019, Pedro Siza Vieira, ministro da Economia e número 2 do Governo, disse ser muito apropriado que as conversas tenham lugar em Lisboa, porque foi palco no século XVI da «era da globalização», numa altura em que Portugal tinha «comerciantes, navegadores de todas as partes do mundo a vir aqui trocar ideias»³⁷.

A carência de narrativas institucionais sobre a violência e as resistências anticoloniais e antirracistas permite, de acordo com Sílvia Maeso, que os descobrimentos assumam uma constante «performatividade na configuração actual de um imaginário da nação portuguesa como uma nação global e intercultural» (Maeso, 2016: 28)³⁸. Portugal ficou assim enredado em repetidas malhas de sentido, que se constituem, na verdade, como uma reafirmação da ideia de Europa e do lugar de Portugal na concretização do desígnio da modernidade

34 Para uma reflexão crítica sobre este último parque temático, veja-se Maeso, 2016.

35 https://observador.pt/2019/02/04/quinas-campanha-da-cerveja-portuguesa-acusada-de-racismo-no-brasil/?fbclid=IwAR3Qjp5mGvGAVsLIYfwSC-IXJznDCqtmJBUdRl8UH_y8mjny53WaXg-RY14.

36 Lusa, «Costa diz que Web Summit coloca Lisboa no 'coração' do debate sobre os desafios globais», *Correio da Manhã*, 6 de novembro de 2017; Carolina Brás e Rita Carvalho, «Web Summit. Cosgrave é o novo Fernão de Magalhães», *jornal i*, 5 de novembro de 2018.

37 Lusa, «Siza Vieira diz que Web Summit é espelho da transformação da sociedade», *Sábado*, in <https://www.sabado.pt/dinheiro/detalhe/siza-vieira-diz-que-web-summit-e-espelho-da-transformacao-da-sociedade>.

38 Estas percepções têm nas instâncias políticas e nos meios de comunicação social espaços particularmente significativos de articulação, mas também no meio escolar: um estudo comparativo das representações sociais sobre a história nacional prevalentes entre os jovens portugueses e moçambicanos, efetuado há cerca de dez anos, mostra como os primeiros colocavam, a larga distância, o «25 de Abril» e os «Descobrimentos» como os eventos com impacto positivo a destacar na história de Portugal (Cabecinhas e Feijó, 2013).

(Araújo Maeso, 2013). A evocação dos tópicos associados ao passado colonial surge mobilizada através de um duplo mecanismo de revelação e ocultação. Por um lado, retomam-se narrativas associadas à «grandeza pátria» e à singularidade da gesta expansionista lusitana. Por outro lado, a concretização deste discurso traz consigo reconfigurações históricas e semânticas.

O país vive, ainda hoje, mergulhado no que se poderia definir como um caldo de imperiofilia naturalizada que, muitas vezes de modo tácito, define uma parte significativa dos discursos sobre a sua identidade e a sua história. O Portugal de hoje não é o mesmo Portugal que se apresentou como uma potência imperial nem o mesmo que atravessou boa parte do século xx enquanto metrópole colonizadora. Mas vive ainda, em certa medida, enredado nessa sombra. O peso de uma história colonial negada desponta no racismo manifesto na atuação das polícias, nas políticas de habitação e segregação, nas leis de nacionalidade, etc., bem como numa autorrepresentação do país, do seu povo e do seu passado marcada pelo lastro duradouro do lusotropicalismo.

Este «tempo alongado» (Godinho, 2015), que corresponde às grandes continuidades e à reprodução incessante dos mesmos quadros narrativos, tem sido desafiado nos últimos anos, embora pareça difícil aferir o modo como este processo se irá desenrolar no futuro. Apesar disso, relativamente à questão colonial, permanece operativa uma memória de um «longo século xx» — fixada, em boa medida, pelas elites políticas e culturais a partir de finais do século xix e socialmente partilhada, alimentada e reconfigurada desde então — que conecta, com grande eficácia, a experiência colonial à ideia de um país grandioso e de uma sociedade capaz de forjar encontros de culturas e de povos. Por isso mesmo, a dimensão violenta do colonialismo e o seu desfecho histórico subsiste discursivamente marcado por rasuras e seletividades. Se a história colonial é constitutiva do século xx português, a sua simultânea persistência e negação também teima em mostrar-se presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Aniceto, e Carlos Matos Gomes (2010), *Os Anos da Guerra Colonial, 1961-1975*. Matosinhos: Quidnovi.
- ALEXANDRE, Valentim (1995), «A África no imaginário político português (séculos xix e xx)», *Penélope*, n.º 1, pp. 39-52.
- ALEXANDRE, Valentim (2000), «A política colonial em finais de Oitocentos: Portugal e a sacralização do império», *Velho Brasil, Novas Áfricas*. Porto: Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim (2017), *Contra o Vento: Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um Mar da Cor da Terra: Raça, cultura e política da identidade*. Celta: Oeiras.
- ANTUNES, António Lobo (1983 [1979]), *Os Cus de Judas*. Lisboa: Dom Quixote.
- ANTUNES, Maria José Lobo (2015), *Regressos Quase Perfeitos: Memórias da guerra em Angola*. Lisboa: Tinta-da-china.
- ARAÚJO, Marta, e Maeso, Silvia Rodríguez (2013), «A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, 'Portugal' e (pós-)colonialismo», *Educar em Revista*, n.º 47, pp. 145-171.
- BEBIANO, Rui (2005), «Contestação ao regime e tentação da luta armada sob o marcelismo», *Revista Portuguesa de História*, n.º 37, pp. 65-104.
- BETHENCOURT, Francisco (2000), «A memória da expansão», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (org.), *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Temas e Debates.
- CABECINHAS, Rosa, e Feijó, João (2013), «Representações sociais do processo colonial: perspetivas cruzadas entre estudantes moçambicanos e portugueses», *Configurações*, n.º 12, pp. 117-139.
- CAETANO, Marcelo (1975), *Depoimento*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record.
- CAHEN, Michel (2010), «Lusitanidade e lusofonia: considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas», *Plural Pluriel. Revue des Cultures de langue portugaise*, n.º 7 (online).
- CAIADO, André (2020), «A presença de um imaginário imperial na monumentalização da memória da Guerra Colonial portuguesa», *Cabo dos Trabalhos*, n.º 20.
- CAMPOS, Ângela (2017), *An Oral History of the Portuguese Colonial War: Conscripted generation*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- CANN, John P. (1997), *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese way of war, 1961-1974*. Westport, Connecticut: Greenwood Press.
- CARDÃO, Marcos (2014), *Fado Tropical: O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Lisboa: Edições UNIPOP.
- CARDÃO, Marcos (2019), «'Dos fracos não reza a história': os Heróis do Mar e a invenção do nacionalismo pop», *Análise Social*, n.º 231, pp. 256-283.
- CARDINA, Miguel (2011), *Margem de Certa Maneira: O maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta-da-china.
- CARDINA, Miguel (2016), «Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial», *Configurações*, 17, pp. 31-42.

- CARDINA, Miguel (2019), «Políticas de silêncio, resistências da memória: as guerras coloniais em tempos pós-coloniais», in AA.VV. (org.), *O Desejo de Viver em Comum*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa e Tinta-da-china, pp. 119-132.
- CARDINA, Miguel, e Martins, Bruno Sena (2019a), «Memórias cruzadas de la guerra colonial portuguesa y las luchas de liberación africanas: del Imperio a los Estados poscoloniales», *Endoxa*, n.º 44, pp. 113-134.
- CARDINA, Miguel, e Martins, Susana (2019b), «Evading the war: deserters and draft evaders of the Portuguese army during the colonial war», *E-Journal of Portuguese History*, n.º 17 (2), pp. 27-47.
- CASTELO, Cláudia (1999), *O Modo Português de Estar no Mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia (2007), *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia (2009), «Migração ultramarina: contradições e constrangimentos», *Ler História*, n.º 56, pp. 69-82.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2009), «Ao serviço do povo venceremos: a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, n.º 5, pp. 119-158.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (2017), *A Nossa Fada Morgana: Viagem pelos imaginários da revolução de Abril*. Porto: Edições Afrontamento.
- FARINHA, Luís (2003), *Francisco Pinto da Cunha Leal Intelectual e Político: Um estudo biográfico (1888-1970)*. Lisboa: IHC-FCSH/UNL.
- FELÊ, Buanga (1956), «O que é o lusotropicalismo?», *Para Todos*, 23 de maio de 1956. Disponível em: Casa Comum (<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04352.010.002#!2>).
- FERREIRA, Claudino (2006), *A Expo'98 e os Imaginários do Portugal Contemporâneo: Cultura, celebração e políticas de representação*. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, Verónica (2020), «'Rebuilding the jigsaw of memory': the discourse of Portuguese colonial war veterans» blogs, in Eve Zucker e David Simon (org.), *Mass Violence and Memory in the Digital Age*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- GARCIA, José Luís, e Castro, José (1995), «A Batalha e a questão colonial», *Ler História*, n.º 27-28, pp. 125-146.
- GODINHO, Paula (2015), «Tempo, memória e resistência», in Paula Godinho, João Baía e Inês Fonseca (orgs.), *Resistência e/y Memória: Perspectivas Iberoamericanas*. Lisboa: IHC-FCSH/UNL, pp. 5-14.
- GOMES, Carlos de Matos (2013), «A africanização na guerra colonial e as suas sequelas. Tropas locais: os vilões nos ventos da história», in Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, pp. 123-141.
- GOMES, Carlos Matos (2004), «Quotidianos da Guerra Colonial», in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (orgs.), *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2010), *Livros Brancos, Almas Negras: A «missão civilizadora» do colonialismo português c. 1870-1930*. Lisboa: ICS.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira, e Monteiro, José Pedro (2014), «O império do trabalho: Portugal, as dinâmicas do internacionalismo e os mundos coloniais», in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (orgs.), *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões internacionais*. Lisboa: Edições 70, pp. 15-54.
- JOÃO, Maria Isabel (2011), «Dia de Camões e de Portugal: breve história de uma celebração nacional (1880-1977)», *Revista de Historia Jerónimo Zurita*, n.º 86, pp. 19-34.
- LEAL, Cunha (1962), *A Pátria em Perigo*. Lisboa: Edição do autor.
- LOFF, Manuel (2015), «Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)», in Manuel Loff, Luciana Soutelo e Filipe Piedade, *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*. Coimbra: Almedina, pp. 23-143.
- LOURENÇO, Eduardo (2014), *O Colonialismo como Nosso Impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva.
- MACHAQUEIRO, Mário (2015), «Memórias em conflito ou o mal-estar da descolonização», in Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira (orgs.), *O Adeus ao Império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Veja, pp. 227-245.
- MADEIRA, João (2013), *História do PCP: Das origens ao 25 de Abril*. Lisboa: Tinta-da-china.
- MAESO, Silvia Rodríguez (2016), «O turismo e a academia da 'Idade dos Descobrimentos' em Portugal: o silenciamento/reprodução do racismo no loop pós-colonial», *Revista Política & Trabalho*, n.º 44, pp. 27-49.
- MARGARIDO, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MARTINS, Bruno Sena (2013), «Guerra e memória social: a deficiência como testemunho», *Fractal: Revista de Psicologia*, n.º 25 (1), pp. 3-22.
- MARTINS, Moisés de Lemos (2014), «Língua portuguesa, globalização e lusofonia», in Neusa Bastos (org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia*. São Paulo: EDUC, pp. 15-33.
- MARTINS, Susana (2005), *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- MAURÍCIO, Carlos (2011), «A Guerra Colonial e a descolonização vistas pelas sondagens de opinião (1973-2004)», *Nação e Defesa*, n.º 130, pp. 267-295.
- MAURÍCIO, Carlos (2013), «Um longo degelo: a Guerra Colonial e a descolonização nos ecrãs portugueses (1974-1994)», *Ler História*, n.º 65, pp. 159-177.
- MEDEIROS, Paulo de (2000), «Hauntings: memory, fiction, and the Portuguese colonial wars», in Timothy Ashplant; Graham Dawson and Michael Roper (eds.), *Commemorating War: The politics of memory*. Nova Iorque: Routledge, pp. 47-76.
- MONTEIRO, José Pedro (2018), *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado: Um império sob escrutínio (1944-1962)*. Lisboa: Edições 70.
- NEVES, José (2008), *Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, cultura e história no século XX*. Lisboa: Tinta-da-china.
- NEVES, José (2019), 1998. Coleção «Portugal, uma retrospectiva»

- (dir. de Rui Tavares). Lisboa: Tinta-da-china.
- OLIVEIRA, Pedro Aires (2014), «O ciclo africano», in João Paulo Oliveira e Costa, José Damião Rodrigues e Pedro Aires Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, pp. 341-562.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, e Tomás, António (2019), 1961. Coleção «Portugal, uma retrospectiva» (dir. de Rui Tavares). Lisboa: Tinta-da-china.
- PÉLISSIER, René (2004), *As Campanhas Coloniais de Portugal, 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PERALTA, Elsa (2017), *Lisboa e a Memória do Império: Património, museus e espaço público*. Lisboa: Le Monde Diplomatique e Outro Modo.
- PERALTA, Elsa, Góis, Bruno, e Oliveira, Joana (orgs.) (2017), *Retornar: Traços de memória do fim do império*. Lisboa: Edições 70.
- PEREIRA, Victor (2015). «La société portugaise face aux guerres coloniales (1961-1974)», *Cahiers d'histoire immédiate*, n.º 48, pp. 35-58.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2014), *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*. Porto: Figueirinhas.
- PINTO, António Costa (2001), *O Fim do Império Português: A cena internacional, a Guerra Colonial e a descolonização, 1961-1974*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PIRES, Rui Pena (1984), *Os Retornados: Um estudo sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- PIRES, Rui Pena, Delaunay, Morgane, e Peixoto, João (2020), «Trauma and the Portuguese repatriation: a confined collective identity», in R. Eyerman e G. Sciortino (eds.), *The Cultural Trauma of Decolonization*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, pp. 169-203.
- QUINTAIS, Luís (2000), «Liminaridade e metamorfose: uma reflexão antropológica sobre uma desordem psiquiátrica», *Análise Social*, n.º 34, pp. 985-1005.
- RAMOS, Afonso (2014), «Angola 1961, o horror das imagens», in Filipa Lowndes Vicente (org.), *O Império da Visão: Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70.
- Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, vol. I. *Enquadramento geral* (1998). Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- RIBEIRO, António Sousa, e Ribeiro, Margarida Calafate (2018), «A past that will not go away: the Colonial War in Portuguese post-memory», *Lusotopie*, n.º 17 (2), pp. 277-300.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- RODRIGUES, Inês Nascimento (2018), *Espetros de Batepá: Memórias e narrativas do «massacre de 1953» em São Tomé e Príncipe*. Porto: Edições Afrontamento.
- ROSAS, Fernando (1998), *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ROSAS, Fernando (2012), *Salazar e o Poder: A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-china.
- ROSAS, Fernando (2015), «O anticolonialismo tardio do antifascismo português», in Mário Machaqueiro, Pedro Aires Oliveira e Fernando Rosas (orgs.), *O Adeus ao Império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Veja: pp. 13-24.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2011), *Portugal: Ensaios contra a autoflagelação*. Coimbra: Edições Almedina.
- SERRA, Filomena (2016), «Visões do império: a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns», *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, n.º 5 (1), pp. 45-59.
- SILVA, A. E. Duarte (1995), «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)», *Análise Social*, n.º 130, pp. 5-50.
- SIMÕES, Dulce (2020), «Processos de construção da memória nas democracias ibéricas: os casos *Os Anos do Século* (1979) e *Rocío* (1980)», *Análise Social*, n.º 235, pp. 244-273.
- SOUSA, Victor Manuel Fernandes Oliveira de (2015), *Da «Portugalidade» à Lusofonia*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação apresentada à Universidade do Minho.
- TRINDADE, Luís (2008), *O Estranho Caso do Nacionalismo Português: O salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: ICS.
- TRINDADE, Luís (2015), «Dividing the waters: the sea in Portuguese postrevolutionary popular music», *Portuguese Journal of Social Science*, 14 (3), pp. 287-301.
- TRINDADE, Luís (2019), «Onde começa a extrema-direita?», *Esquerda*, n.º 1. *Um Adeus Português* (1986). Realização de João Botelho. Argumento de Leonor Pinhão e João Botelho.
- VAKIL, Abdool Karim A. (1996), «Nationalising cultural politics: representations of the Portuguese 'discoveries' and the rhetoric of identitarianism, 1880-1926», in Angel Smith e Clare Mar-Molinero (orgs.), *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula: Competing and conflicting identities*. Oxford e Washington: Berg.
- VARELA, Pedro, e Pereira, José (2019), «As origens do movimento negro e da luta antirracista em Portugal no século xx: a geração de 1911-1933», *Buala*. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/mukanda/as-origens-do-movimento-negro-e-da-luta-antirracista-em-portugal-no-seculo-xx-a-geracao-de-1>.